

“Dos campos para Coimbra: os migrantes nos arquivos da assistência e da repressão em finais de Antigo Regime” in Júlio Hernández Borge & Domingo González Lopo (dir.), *Movilidad de la población y migraciones en áreas urbanas de España y Portugal*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2009, pp. 93-129

Dos campos para Coimbra: os migrantes nos arquivos da assistência e da repressão em finais de Antigo Regime

Maria Antónia Lopes
Universidade de Coimbra

Introdução

É bem conhecida a dificuldade em investigar os movimentos migratórios do passado devido à fragilidade das fontes disponíveis. Não vou aqui repetir reflexões metodológicas nem considerações teóricas já publicadas¹. O objectivo deste estudo é simples e claro: caracterizar as migrações para Coimbra nos finais de Antigo Regime a partir da análise dos acervos dos arquivos da assistência e da repressão² e salientar as potencialidades destas fontes para o estudo do tema, nomeadamente para uma aproximação à mobilidade feminina³. Será utilizada documentação do hospital (o que já é clássico nas análises das imigrações urbanas), das prisões e da Misericórdia, mas esta com variada tipologia, pois um dos propósitos deste trabalho é sublinhar a diversidade de fontes existentes nos arquivos das misericórdias portuguesas. O que se segue é monográfico, sem dúvida, mas sem micro-análises não é

¹ Remete-se para as edições anteriores das Actas desta Cátedra e EIRAS ROEL, A.; REY CASTELAO, O. (ed.): *Les migrations internes et à moyenne distance en Europe, 1500-1900*. Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1994 y *Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900*. Santiago, Xunta de Galicia, 1994. ALVES, Jorge Fernandes: *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto, s.n., 1994, pp. 11-36.

² A recolha da informação foi feita no âmbito do doutoramento e alguns quadros aqui utilizados publicados no livro que dele resultou, onde abordei já a imigração para Coimbra a partir dessas fontes (LOPES, Maria Antónia: *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*. Viseu, Palimage, 2 vols.). Contudo, este texto é inédito, resultando de sistematização, apuramento de análise e actualização bibliográfica e interpretativa.

³ Sobre a mobilidade feminina, ver HERNÁNDEZ BORGE, J.; GONZÁLEZ LOPO, D. (ed.): *Mujer y inmigración. Una perspectiva plural. Actas del Coloquio Catedra Unesco*. Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2008.

possível chegar à síntese e é bem discutível traçar modelos teóricos sem informação empírica abundante, variada e sólida.

Coimbra não era nem é uma cidade com fortes capacidades atractivas de população. Aliás, a região expulsava muitos habitantes, nomeadamente para Lisboa e (estes em ritmo sazonal) para os trabalhos agrícolas do Alentejo. Claro que a cidade atraía, forçosamente, todos os que procuravam formação superior porque possuía a única Universidade de Portugal e do seu império⁴. Coimbra vivia em boa parte da Universidade, ou melhor, do abastecimento, artesanato e múltiplos serviços que a essa grande comunidade era preciso prestar. Por isso a sua capacidade de absorção laboral era limitada. Entre 1750 e 1850, o período aqui em apreço, a sua população oscilou entre os 11 e os 13 mil habitantes sem conseguir crescer decididamente⁵.

Cientela hospitalar

Já vários historiadores se serviram das fontes hospitalares para o estudo da imigração urbana⁶. O que apresento, referente à clientela hospitalar, resulta da recolha dos dados totais de 35.394 doentes que se reportam a 33 anos compreendidos entre 1750 e 1849. A instituição é o Hospital Real de Coimbra, um dos raríssimos hospitais portugueses que não pertencia a uma misericórdia. O hospital foi administrado pelos cônegos de S. João Evangelista, sob

⁴ Nos dados que vou apresentar excluí sempre os estudantes por se tratar de uma população forçosa e transitoriamente deslocada, que não pode ser confundida com os restantes imigrantes.

⁵ Na transição do século XVIII para o XIX, é possível que tenha abeirado os 15.000 habitantes. Depois, em consequência dos efeitos terríveis das invasões francesas, perdeu população em termos absolutos. Em 1732 haveria em Coimbra (incluindo os arrabaldes) 3.581 fogos, em 1758, 3.490 e em 1798, 4.121. O censo de 1801 atribuiu-lhe 15.000 habitantes, em 1840 seriam 12.002. Estes dados foram obtidos na lista de fogos do marquês de Abrantes organizada em 1732 e publicada por Luís Caetano de Lima, nas informações paroquiais de 1758, no censo de Pina Manique de 1798 e, para o ano de 1840, nas tabelas da carta topográfica de Coimbra de Isidoro Emílio da Expectação Baptista, todos reunidos por SILVA, Armando Carneiro: "Evolução populacional coimbrã". *Arquivo coimbrão*, 23, 1968, pp. 193-304. Os números do censo de 1798 apresentados por Carneiro da Silva dão um total de 4.121 fogos e não 4.175 como afirma em texto. A lista de 1732 e as informações de 1758 não incluem a freguesia de Santa Cruz. O valor apresentado para 1732 resulta de uma estimativa de 2000 *moradores* calculada por Carneiro da Silva, que eu dividi por 3,86 (dimensão média dos fogos segundo as informações das restantes freguesias: 11817 almas em 3063 fogos). Para 1758 projectei este mesmo número na proporção do crescimento registado. Ver os recenseamentos de 1801 e 1849 em SILVEIRA, Luís Espinha da (coord.): *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849. Edição crítica*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001, 3 vols.

⁶ Ver bibliografia citada em GONZÁLEZ LOPO, Domingo: "A presença de galegos em Lisboa antes do terramoto (1745-1746)". En Julio Hernandez Borge; Domingo González Lopo (coords.): *Pasado e presente do fenómeno migratorio galego en Europa*, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco, 2007, pp. 51-83. FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo: "'Ir aos ganhos': a emigración galega ao norte de Portugal (1700-1850)". *Idem*, pp. 17-49. Domingo González Lopo e Camilo Fernández Cortizo demonstraram também a operacionalidade dos registos hospitalares portugueses para a análise da emigração galega.

supervisão régia, até 1774 e, depois deste ano, no âmbito da reforma universitária pombalina, reunido, sob o ponto de vista administrativo, aos outros dois hospitais da cidade (S. Lázaro e Convalescença), constituindo-se os Hospitais da Universidade de Coimbra ainda existentes.

As limitações da fonte são conhecidas: só nos informa sobre os migrantes que foram hospitalizados. Mas o que significa isso na época que tratamos? Recorde-se rapidamente que, sendo a terapêutica médica da época tão incipiente, podia, com vantagem, ser aplicada em casa, longe dos contágios hospitalares e beneficiando de cuidados familiares que não eram inferiores aos de enfermagem, por serem os enfermeiros pessoas de baixa extracção sociocultural e sem qualquer formação profissional. Por isso, todos aqueles que podiam, eram tratados nos domicílios com dietas ricas em carne, geralmente de galinha, mezinhas aviadas na botica receitadas pelos médicos em visita domiciliária e sangrias aplicadas pelos cirurgiões ou sangradores.

Recorde-se, também, como seria impensável que numa sociedade onde imperava a diferença, que se construía como uma “cascata de desprezos” (Braudel), não só fidalgos mas também letrados, mercadores, mestres de ofícios e até meros oficiais mecânicos admitissem partilhar espaços com pobres pedintes, vagabundos, prostitutas, miseráveis que, porque não tinham quem lhes proporcionasse agasalho, alimentação e curativo, recorriam a instituições por todos consideradas, por isso mesmo, casas de caridade. Em Agosto de 1843, Rosa da Conceição, solteira e moradora na freguesia de S. Pedro de Coimbra, diz que tendo agora saído do Hospital Real

“se acha em convalescença e sem meios de subsistência pois [...] vendeu tudo o que tinha para se tratar, e por já não ter meios se recolheu ao Hospital, e se vê até impossibilitada de mendigar pelo estado em que está de abatimento, e porque a Santa Casa recorre os miseráveis...”, pede socorro “pois é a primeira vez que recorre à Santa Casa”⁷.

Atente-se no percurso seguido. A doença declara-se, Rosa trata-se em casa, vende o que tem para custear as despesas e só depois, sem quaisquer recursos, procura o hospital. Regressa debilitada a casa, onde nada encontra de que se possa valer. Pede esmola à Misericórdia porque não consegue mendigar, o que fará, de certeza, logo que possa, agora que nada mais lhe resta.

Buscando os imigrantes na clientela hospitalar, para além de encontrarmos apenas os mais pobres, só detectamos também aqueles que adoeceram. Assim é, embora em geral não padecessem do que hoje classificaríamos como doença a requerer internamento. Todos os estudos (portugueses, espanhóis, franceses) confirmam que a grande maioria dos

⁷ Arquivo da Misericórdia de Coimbra (doravante: AMC), “Maços”. Actualizei sempre a grafia.

hospitalizados sobreviviam⁸, o que só pode explicar-se pela circunstância de que grande parte dos internados baixava aos hospitais por esgotamento, fome, frio, desamparo e não por enfermidade propriamente dita. Nestas instituições encontravam abrigo, alimentação abundante⁹ e repouso. E era esta tríade a verdadeira e mais eficaz terapêutica.

Assim sendo, as fontes hospitalares podem ser bons instrumentos para caracterizar a população imigrante em mau estado sanitário e sem pretensões de “pobreza honrada”, mas não para mensurar nem determinar a diversidade social da imigração em geral¹⁰.

Doentes estrangeiros (passantes ou imigrantes)

Antes de me debruçar sobre a mobilidade portuguesa dos campos para Coimbra, vou referir-me à presença de estrangeiros que, aliás, com grande probabilidade, provêm também dos campos.

Por meados de Setecentos 14% dos homens internados no Hospital Real de Coimbra e 3,5% das mulheres eram estrangeiros ou provinham dos territórios ultramarinos portugueses. Essa franja pode parecer diminuta, mas ganha significado se confrontada com a origem dos doentes nas séries seguintes. Se em 1778 há ainda 7,4% de homens e 1,3% das mulheres

⁸ Ver, entre outros, SOUBEYROUX, Jacques: *Pauperisme et rapports sociaux à Madrid au XVIII^e siècle* II. Paris, Honoré Champion, 1978, pp. 563-564; MARCOS MARTÍN, Alberto: *Economía, sociedad, pobreza en Castilla: Palencia, 1500-1814*, II. Palencia, Diputación Provincial de Palencia, 1985, pp. 612-615; DINET-LECOMTE, Marie-Claude: “Recherche sur la clientèle hospitalière aux XVII^e et XVIII^e siècles: l'exemple de Blois”. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, 33, 1986, pp. 364-366; JARDIM, Maria Dina dos Ramos: *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal. Século XVIII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1996, p. 125; SÁ, Isabel dos Guimarães Sá: *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 239; ABREU, Laurinda: *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*. Viseu, Palimage, 1999, p. 403. LOPES, Maria Antónia: *Pobreza, assistência...*, I, pp. 764-771.

⁹ Alberto MARCOS MARTÍN refere-se às dietas hospitalares desta forma tão sugestiva: “La mejor medicina: la alimentación” (*op. cit.*, II, p. 609). Pedro CARASA SOTO chegou à mesma conclusão (*Historia de la beneficencia en Castilla y Leon*. Valladolid, Universidad de Valladolid, 1991, p. 89).

¹⁰ Esta documentação também possibilita perceber a existência de correntes migratórias para a zona rural envolvente de Coimbra. De facto, conclui-se que eram espaços de atracção não apenas o núcleo urbano de Coimbra, mas também os arredores mais próximos pertencentes às suas paróquias e algumas freguesias rurais contíguas à cidade. Poder-se-á afirmar que os homens e mulheres radicados nas redondezas de Coimbra teriam procurado instalar-se na cidade que, sem capacidade de emprego compatível com a dimensão da procura, os empurrou para as cercanias? Provavelmente assim seria com parte deles, mas estes deslocados configuram, por certo, dois modelos distintos. Um seria esse, de facto. Outro era o do conhecido e intenso movimento do emprego rural, tanto da criadagem agrícola como de trabalhadores sazonais. Não era a urbe que os atraía, mas ela potenciava este tipo de migração, já que nas vizinhanças da cidade necessariamente se praticava uma agricultura mais carente de mão-de-obra, estimulada que era pelo mercado urbano. Sobre migrações temporárias, ver DURÃES, Margarida; LAGIDO, Emília; CARIDADE, Cristina, “Une population qui bouge: les migrations temporaires et saisonnières à partir de Viana do Castelo (XVIII^e-XIX^e siècles)”. *Obradoiro de Historia Moderna*, 15, 2006, 29-76.

vindos desses espaços, a partir de então tais percentagens baixam irreversivelmente, sendo apenas de 1% e 0,5% em meados do século XIX. Os valores encontrados sugerem que pelos meados do século XVIII o hospital se comportava ainda de maneira tradicional, isto é, enquanto local de acolhimento dos pobres andantes. Como a residência dos doentes não é conhecida, é impossível saber se estas pessoas eram de facto imigrantes em Coimbra ou se estavam em trânsito.

Quadro I – Países de origem dos homens estrangeiros (clientela hospitalar)

País	1750-1754	1788-1796	1817-1820	1836-1840	Total
Espanha	131	72	43	30	276
França	36	11		3	50
Itália	29	8	10	2	49
Brasil ¹¹	12	6		1	19
Irlanda	4	1	4		9
África portuguesa	2	2	2		6
Alemanha	4	1			5
Judeia	1		3		4
Índia portuguesa	1	1			2
Holanda			2		2
Suíça	2				2
Inglaterra	1				1
Polónia	1				1
Total	224	102	64	36	426

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra, *Hospitais. Hospital Real. Administração e contabilidade. Entrada de doentes e informação sobre a sua saída ou falecimento.*

No contingente espanhol hospitalizado em 1750-54, que perfaz 59% dos estrangeiros, há 77 galegos (59% dos espanhóis)¹². Em 1788-96, são espanhóis 71% dos homens não provenientes de Portugal continental e ilhas adjacentes. Continuam a vir em grande maioria da Galiza (65% dos espanhóis). Em 1817-20, diminui o peso percentual da Espanha (67%), mas continua a crescer a representação da Galiza, agora com 79% dos provenientes do país vizinho. É a única série em que não há franceses declarados. Nestes anos que se seguiram às invasões, seria perigoso identificar-se como francês. Na diminuta série de 1836-40, os espanhóis atingem os 83% dos não portugueses. Os galegos são nestes anos 80% dos espanhóis.

¹¹ Antes e depois da independência, em 1822.

¹² Os restantes provêm da Catalunha (12); Andaluzia (10), Aragão (8), Múrcia (5), Castela-a-Nova (4), Leão (4), Valença (3), Castela-a-Velha (2), Astúrias (1) Estremadura (1) e 4 de região indeterminada. Os “italianos” distribuem-se pelas seguintes regiões: 7 da Campânia, 6 do Piemonte, 5 de Emília, 4 da Sicília, 3 da Venécia, 1 da Ligúria, 1 da Lombardia, 1 da Sardenha e 1 da Venécia Juliana. Quanto aos “brasileiros”, eram naturais das dioceses da Baía (8) e do Rio de Janeiro (4). Na série seguinte, dois haviam sido baptizados na diocese do Rio de Janeiro, dois na de Pernambuco, um na Baía e um em Minas Gerais.

Quanto às mulheres estrangeiras, são em número muito restrito. Entraram no Hospital Real de Coimbra apenas 32 entre 1750 e 1754: 29 espanholas (18 galegas) e as outras três da Alemanha, França e Itália; em 1788-1796 são 15: 12 espanholas (8 galegas), 2 brasileiras e uma alemã; e em 1836-1840 há 18 originárias de Espanha (10 galegas), 10 do Brasil e uma da França.

Durante o século XVIII não só há mais estrangeiros hospitalizados, como também é maior o número de portugueses não originários do bispado de Coimbra¹³. Por meados de Setecentos, 65% dos homens internados haviam nascido na diocese. Até ao final do século a proporção rondará os 70%. Na centúria seguinte os comportamentos mudaram: situando-se os portugueses diocesanos de Coimbra entre os 74 e 83% até 1820, estabilizam nos 80, 81% nos anos 1830-1840. A mulheres, muito menos andarilhas, ultrapassam sempre os 80% com origem na diocese coimbrã, atingindo nas últimas duas séries 86%.

Imigrantes nos finais de Setecentos

O que se esteve a analisar foi a naturalidade dos doentes, pois em geral as fontes não esclarecem a residência. Ao longo de 100 anos, entre 1750 e 1849, só se registaram as duas informações na documentação conservada para os anos 1781-82, 1788-89 e 1794-96, se bem que não de forma sistemática¹⁴. Mesmo assim, estes sete anos permitem conhecer a naturalidade e a residência de 2.891 homens e de 2.242 mulheres internados no Hospital Real, possibilitando determinar a origem geográfica dos imigrantes pobres em Coimbra que a ele recorreram¹⁵.

Passo, pois, a referir-me a partir de agora só aos homens e mulheres nascidos fora de Coimbra mas sem dúvida alguma aí residentes.

¹³ Utilizo sempre as circunscrições eclesiásticas da época, por serem as que registaram maior estabilidade.

¹⁴ Para os anos 1781-1782 e 1788-96 são conhecidos os locais de residência de 74 e 73% dos homens e de 92 e 85% das mulheres.

¹⁵ Ver sobre migrações na região de Coimbra, OLIVEIRA, António de: *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1971-1972, I, pp. 208-214 e *Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900*. En A. Eiras Roel, A.; O. Rey Castelao, (eds.): *Migraciones internas y médium-distance*, cit., pp. 1-36. CRAVIDÃO, Fernanda Delgado: *A população e o povoamento da Gândara (Génese e evolução)*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1992, pp. 64-107; CASCÃO, Rui: "Mobilidade geográfica nos finais do Antigo Regime (1823-1834) - o caso do concelho de Penela". *Revista Portuguesa de História*, 31 (2), 1996, pp. 383-410.

No universo masculino hospitalizado 38% (1.095) dos homens eram imigrantes¹⁶. Retirando os estudantes¹⁷, encontram-se 1.068 homens imigrados, representando 37% da clientela hospitalar. Nas mulheres essa proporção atinge os 57% (1.273 enfermas). Estes valores não indicam, evidentemente, a existência de um maior número de imigrantes do sexo feminino em Coimbra. O que revelam, claramente, é que na clientela hospitalar feminina a proporção de migrantes é maior. Isto é, as mulheres doentes e desenraizadas não tinham alternativa senão procurar o internamento. As enfermas nascidas na cidade teriam outros apoios que lhes valiam na doença.

Seria também desacertado concluir, a partir da proporção de imigrantes encontrados no hospital, pela existência de igual peso da imigração em Coimbra. É que o internamento hospitalar era mais frequente entre os migrantes, gente sem redes de apoio familiar ou de vizinhança¹⁸. Mas pode-se e deve-se analisar a tipologia destes imigrados, homens e mulheres pobres que buscaram a cidade de Coimbra para viver. E que aí reproduziram a sua pobreza. Gente que procurara na mobilidade geográfica uma mobilidade social que não encontrou. Se é que não foi apanhada por um movimento de sentido descendente. Donde vieram estas pessoas? Quais as suas profissões? Qual a sua situação conjugal? Eis aquilo a que posso parcialmente responder. Desconheço, é claro, há quanto tempo habitavam em Coimbra e que motivações os impeliram para lá. Para estes anos, a fonte também não indica nem as idades nem as patologias.

Os doentes nascidos e residentes fora de Coimbra alcançam os 48% no sexo masculino (1.399 indivíduos) mas apenas 28% nas mulheres (619)¹⁹. Trata-se de pessoas que se deslocaram à cidade apenas para receber tratamento hospitalar, mostrando-nos estes números a capacidade de atracção do hospital. Os enfermos naturais e residentes no núcleo urbano são apenas 352 homens (12%) e 325 mulheres (15%). Eis um excelente indicador do hospital enquanto refúgio de desenraizados e pouco procurado pelos nativos. Quanto aos que nasceram em Coimbra e se estabeleceram fora da cidade, configurando uma mobilidade de sentido cidade-campo, são tão somente 1,6% dos homens (45) e 1,1% das mulheres (25). Acresce que, entre estes, há 17 homens e 10 mulheres com naturalidade legal na freguesia de

¹⁶ Nesta contagem, foram considerados também migrantes os indivíduos radicados dentro do perímetro urbano e que haviam nascido nas zonas rurais das 9 freguesias da cidade.

¹⁷ Estes eram naturais dos bispados de Coimbra (6), Baía, no Brasil (5), Viseu (4), Algarve (2), Braga (2), Évora (2), Portalegre (2), Aveiro (1), Castelo Branco (1), Lamego (1) e Porto (1).

¹⁸ E, contudo, António de OLIVEIRA calcula que, tanto em 1641-1689 como em 1804-1889, cerca de 40% dos nubentes de Coimbra não eram naturais da cidade (*Migrações internas...*, p. 5).

¹⁹ Foram aqui englobados 37 homens e 3 mulheres errantes, nascidos fora e sem qualquer residência.

Santa Cruz de Coimbra apenas por serem expostos²⁰, mas, para todos os efeitos da sua vida pessoal, naturais da localidade onde foram criados. Portanto, na realidade, a migração de Coimbra para os campos é apenas de 0,97% de homens e de 0,67% de mulheres.

Origem geográfica

Coimbra, frágil sob o ponto de vista económico, não atraía gente de longe. Foram apenas 33 (3,1%) os homens que atravessaram o mar (incluindo as ilhas adjacentes) ou a fronteira para se estabelecer na cidade, sendo o maior contingente de Espanha. Neste incluíam-se 10 homens naturais da Galiza. É bem sabido que Coimbra não era um destino prioritário da emigração galega²¹. Contudo, e embora em números diminutos, também aí os galegos eram hegemónicos na colónia espanhola. Seriam, pelo menos em parte, gente que se dirigia para Lisboa e por aí ficara, em cidade bem mais próxima da sua pátria? Depois, funcionariam as tradicionais redes de vizinhança e parentesco para a chamada de outros.

Quadro II - Origem dos homens imigrados em Coimbra em finais do século XVIII (clientela hospitalar²²)

Bispado	N^{os} abs.	%	Bispado ou País	N^{os} abs	%
Coimbra	585	54,78	Évora	6	0,56
Viseu	147	13,76	Portalegre	5	0,47
Braga	69	6,46	Angra (Açores)	4	0,37
Lisboa	45	4,21	Baía (Brasil)	4	0,37
Aveiro	37	3,46	Elvas	3	0,28
Porto	36	3,37	Angola	2	0,19
Lamego	26	2,43	Localidade portuguesa desconhecida	2	0,19
Bragança e Miranda	18	1,69	Funchal (Madeira)	1	0,09
Guarda	17	1,59	Espanha	15	1,40
Pinhel	14	1,31	França	4	0,37
Leiria	12	1,12	“Itália”	2	0,19
Castelo Branco	7	0,66	Suíça	1	0,09
Beja	6	0,56	Total	1068	100

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra, *Hospitais. Hospital Real. Administração e contabilidade. Entrada de doentes e informação sobre a sua saída ou falecimento.*

²⁰ A Roda dos enjeitados situava-se na área da freguesia de Santa Cruz, igreja onde eram baptizados.

²¹ Ver panorâmica historiográfica da emigração galega para Portugal nos trabalhos citados de FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo e GONZÁLEZ LOPO, Domingo. E, ainda deste último: “Los movimientos migratorios en tierras del interior de la provincia de Pontevedra entre 1801-1950: características y puntos de destino”. *Semata, Ciências Sociais e Humanidades*, 11, 1999, pp. 269-298. “Migraciones históricas de los Gallegos en el espacio peninsular (siglos XVI-XIX)”. *Obradoiro de Historia Moderna*, 12, 2003, pp. 167-182. ““Se se mandassem embora não haveria quem servisse...” Os Galegos em Portugal: um exemplo típico de mobilidade na época pré-industrial”. En Rubén C. Lois González; Rosa M. Verdugo Matés (ed.), *As migracións en Galiza e Portugal. Contributos desde as Ciências Sociais*, Santiago, Candeia Editores, 2006, pp. 237-266.

²² Respeitante aos anos 1781-82, 1788-89 e 1794-96 e com exclusão dos estudantes.

Considerando apenas os portugueses continentais, 57% dos homens vieram do próprio bispado coimbrão e um contingente relativamente importante da diocese de Viseu, contígua à de Coimbra. Contudo, não é totalmente desprezível o número de indivíduos originários de regiões a Norte do Douro (12%) e que escaparam à área de influência do Porto e de Braga. E além dos nortenhos portugueses, há que contar também os 10 galegos. Não há algarvios e os alentejanos representam 2%. Da Beira Alta procediam 20% dos migrantes. Traçam-se assim prioritariamente rotas no sentido Norte-Sul e Nordeste-Sudoeste. De território a Sul do bispado vieram apenas 8% dos portugueses continentais.

Quadro III - Origem das mulheres imigradas em Coimbra em finais do século XVIII (clientela hospitalar)²³

Bispado	N ^{os} abs.	%	Bispado ou País	N ^{os} abs.	%
Coimbra	992	77,93	Évora	6	0,47
Viseu	99	7,78	Leiria	4	0,31
Aveiro	64	5,03	Algarve	2	0,16
Lisboa	24	1,89	Castelo Branco	2	0,16
Porto	19	1,49	Localidade portuguesa desconhecida	2	0,16
Guarda	16	1,26	Bragança e Miranda	1	0,08
Braga	13	1,02	Baía (Brasil)	1	0,08
Lamego	10	0,79	Espanha	10	0,79
Pinhel	8	0,63	Total	1273	100

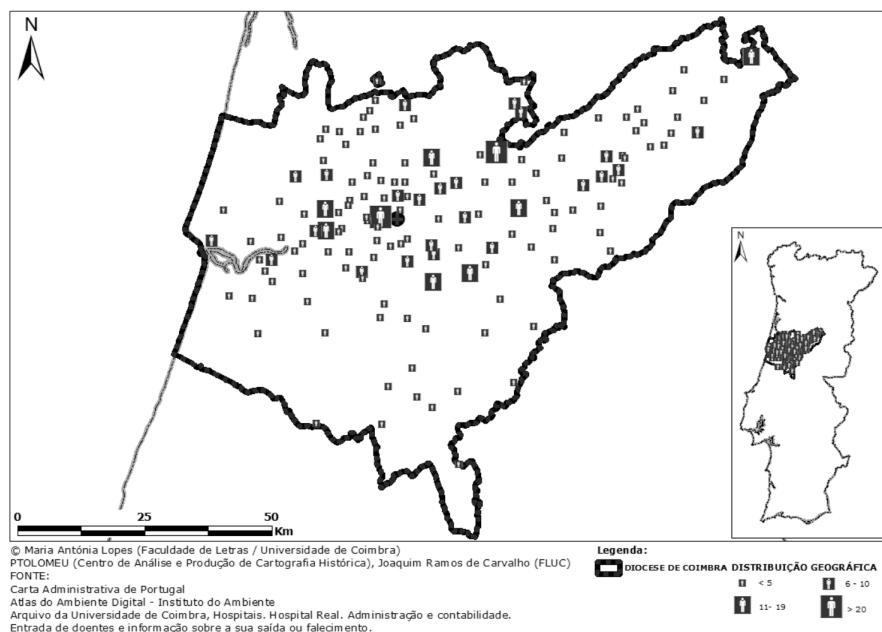
Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra, *Hospitais. Hospital Real. Administração e contabilidade. Entrada de doentes e informação sobre a sua saída ou falecimento.*

No universo das mulheres imigrantes, 99% nasceram em Portugal continental. Trata-se, pois, de imigração portuguesa, comportamento ainda mais acentuado do que no sexo masculino, como era previsível. Do bispado de Coimbra provêm 79% das mulheres portuguesas continentais, proporção muito superior à dos homens. As mulheres vêm de todo o país, de Bragança ao Algarve, mas muito poucas se deslocaram de grandes distâncias. Viseu e Aveiro, dioceses vizinhas, atingem os 13%. A Beira Alta representa aqui 11%. São, portanto, na sua grande maioria, deslocações de pequena distância.

Quanto aos diocesanos e diocesanas de Coimbra, o grosso do universo, eis as suas freguesias de naturalidade:

²³ Respeitante aos anos 1781-82, 1788-89 e 1794-96. Só há duas galegas entre as espanholas.

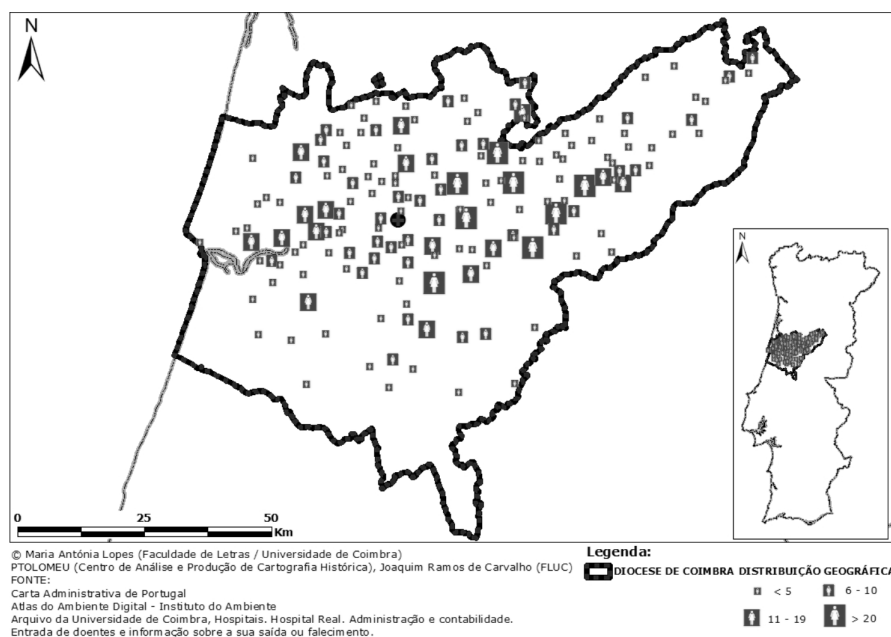
Mapa 1 - Freguesias de naturalidade dos homens imigrados em Coimbra em finais do século XVIII provenientes do bispado (clientela hospitalar, 569 casos, 146 freguesias)



Os migrantes do sexo masculino eram oriundos de toda a diocese, salvo da excêntrica cunha sul. Tinham nascido sobretudo em áreas bastante próximas de Coimbra, embora não contíguas à cidade, à excepção da paróquia de S. Martinho do Bispo que, com Farinha Podre (actual S. Pedro de Alva), a 5 léguas²⁴, encabeça a lista. Vieram 11 a 18 homens das freguesias de Tentúgal, Gouveia, Pombeiro, Sazes de Lorvão, Lousã, Miranda do Corvo e Pereira. À excepção dos de Gouveia, que tiveram de percorrer 14 léguas até Coimbra, nenhum ultrapassou as 5 léguas de distância. Este conjunto de 9 freguesias engloba 25% dos migrantes.

²⁴ A légua equivalia a cerca de 5,5 km. As distâncias são retiradas de MARANHÃO, Francisco dos Prazeres [pub. sob o pseudónimo Um Flaviense]: *Taboa geografico-estatistica luzitana ou Diccionario abreviado*. Porto, Typ. Commercial Portuense, 1839.

Mapa 2 – Freguesias de naturalidade das mulheres imigradas em Coimbra em finais do século XVIII provenientes do bispado (clientela hospitalar, 978 casos, 164 freguesias)



As mulheres são originárias de todo o bispado, à excepção, mais uma vez, do extremo sudeste. Como se vê claramente no mapa 2, os maiores contingentes provêm de uma área bem definida situada a leste de Coimbra, constituída pelas freguesias de Santo André de Poiares, com 33 mulheres, seguida de Miranda do Corvo com 29, Farinha Podre com 23, Arganil e Penacova com 22, Góis e S. Martinho da Cortiça com 21 e Coja com 20. Oito das dezasseis freguesias com 11 a 19 mulheres instaladas em Coimbra situam-se também nessa zona ou contígua a ela, de terras altas com solos pouco produtivos. Desenha-se, nesta classe, uma segunda área de emigração localizada a oeste de Coimbra, nos campos do Mondego, terrenos muito férteis, mas ainda não explorados com a cultura do arroz.

Caracterização profissional e situação conjugal

Num total de 463 imigrantes do sexo masculino com ocupação declarada, 53% não possuíam qualificações profissionais, pois 27% dizem-se “trabalhadores” e 26% criados de servir. A terceira profissão era a dos sapateiros, com 9%. Logo a seguir surgem os aprendizes de diversos ofícios²⁵ com 4%: a cidade era, pois, procurada como local de aprendizagem de artes mecânicas, encaradas, decerto, como instrumentos de ascensão social. E os aprendizes podiam vir de distâncias consideráveis, como Gouveia e Viseu e até de Barcelos e de Mujães (arcebispado de Braga). Os restantes provinham de diferentes zonas do bispado de Coimbra.

²⁵ Aprendiam eles os ofícios de alfaiate, barbeiro, cabeleireiro, carpinteiro, esparteiro, ferreiro, oleiro, pedreiro, sapateiro e serralheiro.

Em 5º lugar, na tabela das profissões, estão os alfaiates, os pedreiros e os mendigos, todos com 3%. Os migrantes exercem muitas outras profissões. São cabeleireiros, barbeiros, carpinteiros, cozinheiros, padeiros, serralheiros, oleiros, entalhadores, ferreiros, arrieiros, etc. Há até um mestre de dança, provavelmente atraído pelas potencialidades de mercado que os estudantes ofereciam. Contudo, não escapou à pobreza. Quanto aos mendigos radicados em Coimbra, haviam nascido em locais distantes como Lisboa, Pala (freguesia do bispado de Pinhel e não a homónima da diocese e Coimbra), Portalegre e Vimioso (do Nordeste transmontano). Três outros mendicantes provinham de mais perto: um, que afirma ter sido cardador, de Pedrógão Grande, um ex-lavrante de pedra de Condeixa-a-Nova e o terceiro, que não menciona ocupação anterior, de Foz de Arouce.

Os três únicos operários fabris desta série eram naturais de longe: Lisboa, Porto e Refojos de Riba de Ave (bispado do Porto). Um dos arrieiros radicado em Coimbra, profissão andarilha por natureza, nascera no Alentejo, em Estremoz. Quanto aos cabeleireiros, nenhum era natural da diocese de Coimbra, mas das de Lisboa e de Braga. Dois profissionais vindos da península itálica exerciam ofícios mais invulgares: um mestre de dança, que nascera em Milão, e um imaginário (escultor ou fabricante de imagens religiosas) natural da região de Luca. Os restantes estrangeiros tinham-se empregado como criados de servir (4 da Galiza e um da Lorena), um fabricante de galão (sevilhano), um relojoeiro (suíço), um sapateiro (madrileno) e um serralheiro (galego).

Os “trabalhadores” eram originários do próprio bispado (88=70%) e ainda do de Viseu em 18% (23). Depois, em números insignificantes, de Braga (3), Aveiro (2), Lisboa (2), Pinhel (2), Portalegre (2), Porto (2) e Leiria (1). Tinham origens mais dispersas e distantes os criados de servir (114). Vêm sobretudo da diocese de Coimbra (47), mas numa proporção de 41%, muito inferior às dos trabalhadores. Do bispado de Viseu procedem 24% (27). Os dois territórios totalizam 65%²⁶, enquanto nos trabalhadores atingiam os 88%. Os restantes criados portugueses eram naturais de Braga (11), Aveiro (7), Pinhel (4), Porto (4), Bragança (3), Lisboa (3), Guarda (2), Lamego (2) e Leiria (1), Açores (1), Angola (1) e Brasil (1).

²⁶ António de OLIVEIRA, para o século XVI e XVII (*A vida económica e social de Coimbra...*, I, p. 211), e João Lourenço ROQUE, para meados do XIX (*Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo*. Coimbra, tese de doutoramento policopiada, 1982, p. 225), chegaram a conclusões semelhantes sobre a origem da criadagem de Coimbra. Diz João ROQUE que os criados de Coimbra vinham sobretudo das freguesias vizinhas e do distrito. E que dentro deste a grande maioria provinham da sua faixa oriental. Quanto aos outros distritos, vêm principalmente dos mais próximos (44% das criadas era do distrito de Viseu), deslocando-se nos sentidos Este-Oeste e Norte-Sul.

Excluindo sempre as três dezenas de estudantes, perfazem o número de 959 os imigrantes do sexo masculino com estado conjugal esclarecido: 54% eram solteiros, 30% casados e 16% viúvos. Apenas dois “trabalhadores” não referem o seu estado conjugal. Entre os restantes, 50% são solteiros, 38% casados e 12% viúvos. Quanto aos criados, o celibato é a sua situação matrimonial-tipo: em 108, são solteiros 102, sendo 3 casados e outros tantos viúvos. Nos 10 mendigos com estado matrimonial declarado, 8 eram viúvos e 2 casados.

São 116 as mulheres imigradas em Coimbra que indicam a sua ocupação, declarando-se 107 criadas de servir, 8 mendigas e uma vendedora de doces pelas ruas. As criadas constituem assim 92% do universo. Mas seriam de facto criadas? Não ingressou no hospital nenhuma doente prostituta, ou melhor, nenhuma assim se identificou e, no entanto, ao caracterizar a clientela feminina do Hospital Real em 1800, escrevia o seu director que eram “mulheres velhacas, sem lei, sem costumes, e talvez sem Religião”²⁷. As auto-declaradas criadas provinham do bispado de Coimbra, à excepção de 4 de Viseu, 4 de Lamego, 4 de Aveiro, duas de Leiria, uma da Guarda, uma de Lisboa e uma do Brasil. Quatro das oito pedintes eram espanholas e as restantes de freguesias da diocese de Coimbra. A doceira era de Eiras, paróquia contígua à cidade. No universo feminino, num total de 1.191, 58% eram celibatárias, 21% casadas e 21% viúvas. Indicam o seu estado conjugal 101 criadas, sendo 98 solteiras²⁸. Quanto às mendigas, 4 são casadas e 4 viúvas. A vendeira é celibatária.

Com ou sem comportamentos desviantes, o certo é que estes imigrantes, de ambos os sexos, não conseguiram qualificar-se como “pobres honrados” que não admitiam ser tratados num hospital onde partilhavam espaços com vagabundos, prostitutas, ou simples miseráveis e que, com o ingresso hospitalar, revelavam não ter recursos e/ou familiares que lhes proporcionassem agasalho, alimentação e curativo.

Variadas populações nos arquivos das misericórdias

Os acervos das misericórdias ou Santas Casas não se resumem aos registos hospitalares. Há outras tipologias documentais que nos permitem acerrar da mobilidade populacional e isto porque a acção dessas instituições era multifacetada. Afigura-se-me

²⁷ Exposição dirigida ao Príncipe Regente em 24 de Julho de 1800 (Arquivo da Universidade de Coimbra, *Hospitais da Universidade. Arrendamento de bens, despesas com obras, regulamentos, pessoal, militares enfermos - séc. XVIII-XIX*).

²⁸ À data da morte, a percentagem de criados e criadas solteiros nas décadas de 1850-70 continua maioritária, mas com valores mais baixos do que estes. João ROQUE encontra entre os criados de Coimbra uma proporção de celibatários de 79% nas mulheres e de 61% nos homens (*Classes populares...*, p. 225).

necessário, pois, e antes de prosseguir, esclarecer o que eram realmente as misericórdias e qual a sua acção, uma vez que se trata de texto publicado fora do espaço lusófono.

As misericórdias portuguesas (reinóis e coloniais) não correspondiam a instituições homónimas espanholas ou italianas. Eram irmandades constituídas por homens dos estratos médio e superior de cada localidade, fundadas por mandato régio, ou com a sua autorização, e com compromissos obrigatoriamente aprovados pelo poder central. Estiveram sempre isentas da jurisdição eclesiástica, querendo isto dizer que nem os párocos nem os bispos tinham qualquer poder de intervenção na sua actividade. Embora fossem confrarias ou irmandades, as misericórdias distinguiram-se das restantes pela natureza jurídica, que era civil, e pelas actividades que eram de carácter espiritual e social dirigidas para o exterior de si próprias. É claro que a acção das misericórdias se integrava na doutrina católica, pois o seu objectivo era realizar as obras de misericórdia, mas eram associações de leigos, embora também os clérigos pudessem nelas ingressar na qualidade de cristãos, como todos os outros. As misericórdias espalharam-se por todo o país desde os primeiros anos do século XVI, absorveram hospitais e confrarias pré-existentes, enriqueceram, edificaram grandes edifícios e monopolizaram a maior parte das actividades assistenciais. Portugal destaca-se, assim, das outras nações católicas pela ausência da tutela da Igreja na assistência e quase sempre também do seu protagonismo e financiamento. As misericórdias, por privilégio seu, tinham no rei o seu interlocutor directo que sempre contou com elas, assim como o fizeram os governantes dos regimes seguintes: Monarquia Liberal (1820-1822; 1834-1910), 1ª República (1910-1926) e Estado Novo (1926-1974)²⁹.

Em geral, a principal actividade das misericórdias era a direcção de um hospital. Coimbra particularizava-se porque não o tinha, mas esta irmandade, para além do culto religioso diário na sua igreja, que implicava o emprego permanente de capelães, desenvolvia um vasto conjunto de acções assistenciais. Começo pelos expostos ou enjeitados que se impõem pelo seu número, despesas colossais e dificuldades administrativas que envolviam. Contudo, os enjeitados constituíam um caso à parte na acção assistencial desta e de todas as misericórdias porque eram em Portugal a única obrigação assistencial pública, paga pelos contribuintes, e não pelos fundos das misericórdias. Acresce que a sua tutela podia estar entregue a essas irmandades ou aos concelhos. Voltaremos ao assunto quando se explorar a

²⁹ Para uma visão sintética e actualizada da história e natureza das misericórdias portuguesas, ver SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antónia: *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008.

mobilidade que a criação dos enjeitados impunha às suas amas, quase sempre mulheres rurais.

A Misericórdia subsidiava criações de leite a meninos pobres, cuja mãe, por morte ou incapacidade física, não podia amamentar, mantinha um Recolhimento de Órfãos fundado em 1701, um Colégio de Meninos Órfãos desde 1804 e, pelo menos desde 1805 e até 1815, uma Aula Pública gratuita para meninas pobres. Os entrevados e as mulheres idosas de Coimbra podiam pertencer aos róis da Misericórdia, recebendo um subsídio mensal e vitalício. Embora não tivesse hospital, a Santa Casa prestava também cuidados aos doentes: médicos e cirurgiões eram alguns dos funcionários permanentes da instituição, cuja função era acudir gratuitamente aos pobres nos seus domicílios. Depois, a Misericórdia fornecia-lhes remédios gratuitos. Para assegurar melhor este serviço, foi inaugurada a botica em 1804. A Santa Casa de Coimbra custeava ainda a cura dos tinosos, pagava fornecimentos diários de leite, deslocações a termas e praias e mandava transportar os doentes ao Hospital Real numa liteira fechada que, em regra, era levada por galegos. Competia também aos membros da Mesa dirigente, por turnos mensais, visitar os enfermos nas suas casas, na hospedaria dos pobres e na prisão.

Os presos pobres eram assistidos pelas misericórdias que lhes proporcionavam socorros espirituais, físicos e jurídicos. Avalie-se a importância deste serviço numa época em que nada se dava aos presos: nem cama, nem roupa, nem alimentação, nem assistência médica, nem apoio jurídico. Absolutamente nada. Quem não tivesse auxílios externos parecia à míngua. A Misericórdia de Coimbra proporcionava todos esses serviços aos presos pobres através dos seus capelães, médicos, advogados e visitantes que lhes levavam os alimentos, roupas e utensílios. Se transitassem para a cadeia do Tribunal da Relação do Porto, o solicitador da Santa Casa, aí residente, continuava a acompanhá-los, assim como lhes fornecia roupa e dinheiro se fossem condenados a degredo.

A dotação de órfãos pobres e o socorro aos viandantes eram intensamente praticados pelas misericórdias, mas sobre estas modalidades assistenciais falaremos adiante com mais detenção. Por fim, a Misericórdia de Coimbra, como a generalidade das suas congéneres, completava a sua acção no itinerário pessoal de cada pobre com os chamados *enterros por amor de Deus*, funerais gratuitos assegurados a famílias pobres que os requeriam. As misericórdias alcançaram o privilégio do exclusivo de “agências funerárias”, o que lhes permitia canalizar fundos gastos pelas famílias ricas em cerimónias fúnebres sumptuosas para o custeamento dos funerais cerimoniosos dos confrades e suas famílias e os simples, mas dignos, enterramentos dos pobres. Também o acompanhamento dos padecentes e

enterramento dos despojos foi obra assumida pelas Santas Casas. Vemos, pois, que os fundos existentes nos arquivos das misericórdias permitem estudos de temáticas variadas, inclusivamente, sobre as elites locais, a partir da análise dos seus dirigentes³⁰.

Mas o tema agora em apreço é a mobilidade da população, passível de estudo através da documentação conservada nas misericórdias, mesmo depois de explorados os registos hospitalares.

Órfãs concorrentes a dotes

De uma forma geral, o casamento era um factor de empobrecimento para os homens que viviam apenas do seu trabalho. Por sua vez, casar era para as mulheres tanto mais necessário quanto era problemática a sobrevivência de uma mulher só, pois os “ténues ganhos de uma mulher”, para utilizar uma expressão vulgar na época, eram uma realidade social, e, de modo algum, um exagero para suscitar piedade. Havia, pois, que atrair os noivos com um dote. Os dirigentes das instituições de assistência temiam que as órfãs (de pai e mãe ou só de pai ou, ainda, exposta), sem o arrimo de um pai ou de um marido, caíssem facilmente na miséria e, considerando-as um sexo frágil por natureza, rapidamente enveredassem por uma vida pecaminosa mais lucrativa que o trabalho manual. A atribuição do dote era, pois, um instrumento de controlo social, pois só as raparigas que se mantivessem honradas e sem qualquer má fama podiam ser dotadas. Depois, o marido se encarregaria de as controlar. Assim, a Misericórdia de Coimbra atribuía todos os anos mais de 30 dotes para casamento a órfãs pobres com idades compreendidas entre os 14 e os 33 anos. As candidatas tinham de ser naturais de Coimbra ou viver na cidade há sete anos ininterruptos para que o seu comportamento pudesse ser devidamente escrutinado.

Entre 1750 e 1849, candidataram-se ao dote 3.670 órfãs e foram aprovadas pelo seu comportamento irrepreensível e pobreza absoluta 3.371, embora, por falta de dotes disponíveis, só fossem efectivamente dotadas 2.970. As candidatas tinham em geral 18 a 25 anos e viviam sobretudo em casa alheia, servindo normalmente sem salário e recebendo apenas alojamento, alimentação e alguma roupa³¹. Que os dotes dados pela Misericórdia (com valores variáveis, entre os 20.000 e os 40.000 réis) eram atractivos nestes meios sociais,

³⁰ Ver LOPES, Maria Antónia: “A identificação dos dirigentes das misericórdias como método para a história das elites. O caso de Coimbra nos séculos XVIII e XIX”. *Noroeste. Revista de História*, 3, 2007, pp. 323-334.

³¹ O compromisso da Misericórdia não permitia que se dotassem criadas de servir que recebessem soldada, partindo-se do princípio que poderiam amealhar um dote. Na realidade, seria difícil, pois em 1775 o salário anual de uma criada podia ser de 4.000 a 6.000 réis anuais. Contudo, estavam em situação bem mais favorável do que as que serviam por “cama e mesa”.

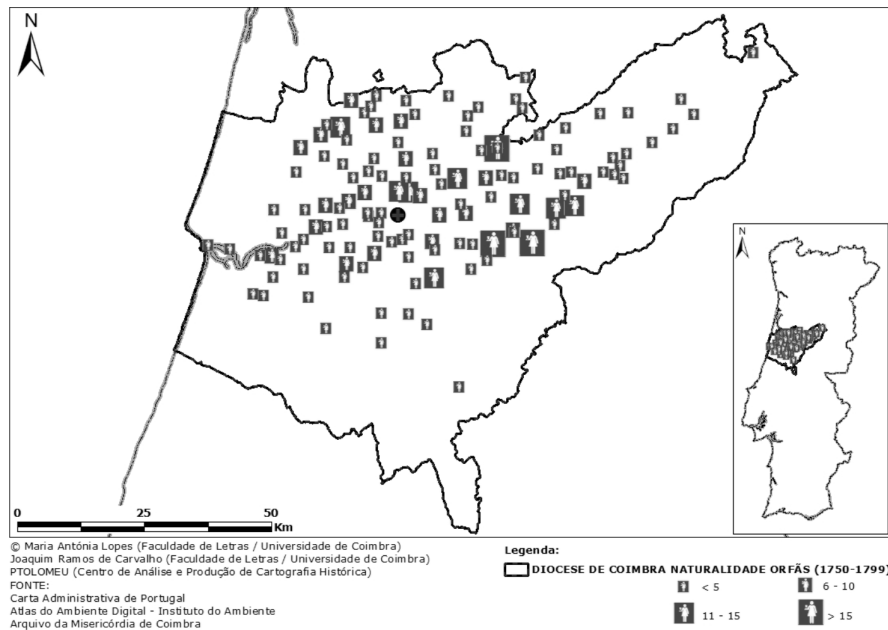
prova-o o facto de a maioria das dotadas ter casado. A documentação das órfãs concorrentes aos dotes da Misericórdia permite, pois, conhecer a origem geográfica das candidatas que se deslocaram dos campos e se radicaram em Coimbra, determinar com que idade o fizeram e há quanto tempo residiam na cidade.

A primeira e principal conclusão que se tira dos estudo das freguesias de naturalidade e de residência das concorrentes é a seguinte: entre 1750 e 1799 apenas 20% das dotadas eram naturais do núcleo urbano, mas residiam aí 42%. Quanto às que não alcançaram o dote, a diferença é abissal: nasceram em Coimbra 13% e residiam aí 76%. Isto é, as raparigas que concorriam aos dotes da Misericórdia eram, na sua maioria, imigrantes. Não há dúvida que dote foi intensamente utilizado pelas jovens setecentistas como instrumento ou tentativa de integração na cidade. Se é que não se estabeleceram em Coimbra precisamente para poderem usufruir das medidas de protecção social que a cidade oferecia. Veremos se o dote foi igualmente utilizado pelos homens de fora que procuravam radicar-se na cidade.

Entre 1750 e 1799 foram identificadas 645 jovens mulheres que residiam na cidade mas haviam nascido alhures. Provinham elas na sua imensa maioria do território da diocese coimbrã, pois só 11% escapavam a essa área. Mais uma vez deparamos com as pequenas distâncias a que as gentes, e nomeadamente as mulheres, se aventuravam. As que haviam nascido fora da área diocesana, vinham sobretudo do bispado de Aveiro (que, aliás, só foi constituído em 1774 a partir de território coimbrão) numa proporção de 7% e, muito abaixo, de Viseu com 2%. Da área do patriarcado de Lisboa só tinha migrado para Coimbra 1% destas jovens mulheres. Dos restantes bispados os números são ínfimos.

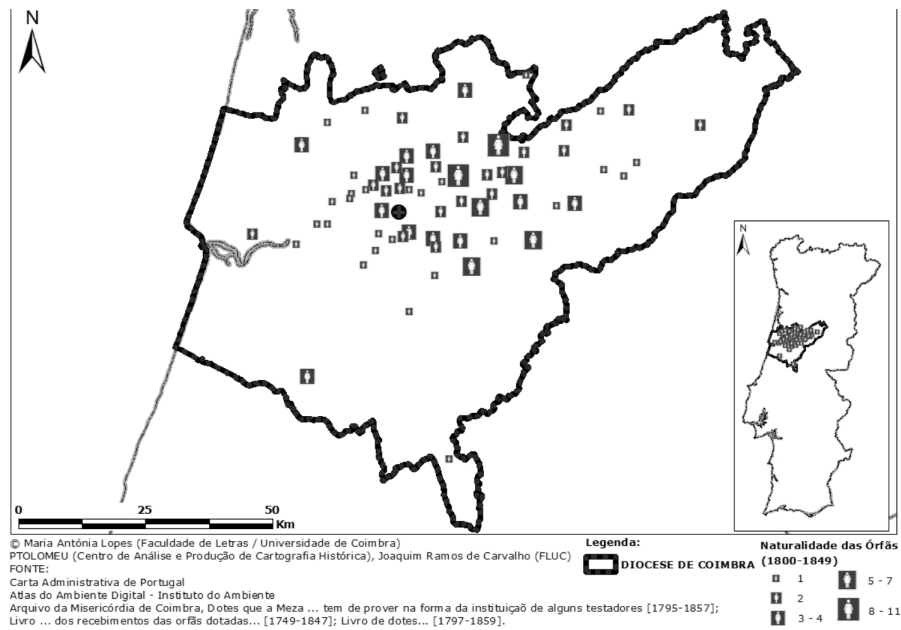
Para a 1ª metade do século XIX, o universo de análise é bastante mais restrito: 184 mulheres, na sua quase totalidade originárias da diocese, pois só escapam 4%, sendo todas dos bispados de Aveiro e Viseu.

Mapa 3 – Freguesias de naturalidade das órfãs imigradas em Coimbra e provenientes do bispado (1750-1799)



Entre 1750 e 1799 as diocesanas de Coimbra, provinham de 127 freguesias diferentes (4,3 por freguesia, em média), surgindo à cabeça Farinha Podre e Góis, com 5%, Serpins, Arganil e Ourentã todas com 3%. Chega-se, assim, à exceção de Ourentã, às mesmas freguesias que se encontraram nas hospitalizadas. Impera a pequena distância e as margens da diocese têm pouca importância, sendo o vazio meridional provavelmente explicado pelo poder de sucção de Lisboa e o do litoral a Norte do Mondego pelo crescimento da Figueira da Foz e de Aveiro e fraca densidade populacional dessa zona.

Mapa 4 – Freguesias de naturalidade das órfãs imigradas em Coimbra e provenientes do bispado (1800-1849)



Entre 1800 e 1849, as órfãs estabelecidas em Coimbra provinham de 66 freguesias distintas. 29% eram naturais de 6 paróquias (no período anterior as 1^{as} seis somavam 21%): Farinha Podre, Penacova, S. Martinho da Cortiça, Santo André de Poiães, Góis e Lousã. Isto é, na primeira metade do século XIX mantêm-se na mesma região os principais centros de êxodo para Coimbra. Contudo, embora as conclusões possam estar distorcidas pela exiguidade da série, quase desaparecem os campos do Mondego, entretanto intensamente explorados com a cultura do arroz exigente em mão-de-obra.

Os anos de permanência em Coimbra eram um dos requisitos mais importantes para a obtenção do dote por parte de raparigas nascidas alhures, uma vez que, como se disse, só com sete anos ininterruptos de residência em Coimbra se tornavam “compatriotas” ou “naturalizadas”, usufruindo de direitos semelhantes às “filhas da Pia”. Há pouca informação sobre este assunto relativamente às órfãs oitocentistas (47 casos em 50 anos), mas os registos do século anterior são, felizmente, bem mais completos, fornecendo esses dados para 399 concorrentes. Como é evidente, os tempos de *compatriatura* são muito distintos entre aquelas a quem foi concedido o dote e as que viram recusada a pretensão. Entre 1750 e 1774 viviam em Coimbra há mais de 10 anos 27% das órfãs imigrantes dotadas, sendo a percentagem entre as não dotadas de 10%. No quartel imediato representavam respectivamente 35% e 15%. As dotadas que residiam em Coimbra há menos de 11 anos tinham permanências médias de 7,2 e 6,9 anos. Isto é, concorriam e obtinham os dotes assim que cumpriam os 7 anos de residência.

É também possível saber com que idade emigraram 185 raparigas em 1750-74, 133 em 1775-99, 25 em 1800-24 e 9 em 1825-49. No primeiro quartel, a idade média quando da instalação em Coimbra foi de 17 anos, sendo a mínima de 2 e a máxima de 28 anos. As concorrentes de 1775-99 imigraram dos 5 aos 29 anos, sendo a média de 18 anos. Nos anos de Oitocentos, nos poucos casos passíveis de análise, os resultados são semelhantes: idades médias de 17 e 16 anos. Além destas, há ainda 50 órfãs de 1750 a 1849 que declaram viver em Coimbra “desde pequena” ou “desde menina” ou “desde tenra idade”. É claro que as crianças estariam em boa parte integradas num quadro de migração familiar, mas a movimentação de crianças como serviçais era, sem dúvida, também intensa.

As raparigas concorrentes aos dotes da Misericórdia nascidas fora da cidade, integraram-se em Coimbra, pois viviam segundo as mais severas normas de comportamento estabelecidas. Mesmo aquelas que não obtiveram dote eram, com raras excepções, bem reputadas. Com o dote e o casamento consolidaram a sua integração e, por certo, uma relativa ascensão social.

Os maridos das dotadas

Os dotes só eram entregues após o casamento. Não às órfãs, mas aos maridos que agora as tutelavam. Por isso também os noivos tinham de ser aprovados pela Misericórdia. Para isso apresentavam certidão de baptismo e estado conjugal e “folha corrida”, um registo criminal que comprovasse estarem livres de qualquer culpa em juízo.

São conhecidas as naturalidades de 591 homens que casaram com as dotadas de 1725 a 1749, representando 90% dos casamentos, 516 para o quartel imediato (88% dos casamentos registados) e apenas 45 no período que medeia 1800 e 1849. Por essa razão, apenas serão analisadas as naturalidades dos maridos das órfãs setecentistas.

O peso da urbe na residência da totalidade destes homens é absoluto: em 1750-74, 50% viviam no núcleo urbano de Coimbra, mas só aí haviam nascido 11%. Nos 25 anos seguintes o fenómeno cresce: 66% residem na cidade, sendo dela naturais apenas 12%. Ter-se-iam intensificado os fluxos migratórios dos campos em direcção à cidade nestes anos tão difíceis? É mais do que provável. Repara-se, também, que a proporção de dotadas nascida na cidade era muito maior do que a dos seus maridos. Enquanto elas representavam 20% nos dois primeiros quartéis, eles ficavam-se por 11% e 12%. Se for englobada a periferia rural, as órfãs alcançam os 33% e eles apenas 23%. Afigura-se, pois, que se o dote serviu para a integração das mulheres migrantes, muito mais aproveitou aos homens.

Excluindo os noivos e noivas nascidos em Coimbra, verifica-se que no primeiro quartel, entre 431 casamentos com a naturalidade dos dois cônjuges registada, há 89 cujos nubentes são conterrâneos, 21% dos matrimónios. Na segunda época a percentagem é exactamente a mesma (78 em 374 recebimentos). Mas estes nubentes não residem necessariamente em Coimbra. Pelo contrário, trata-se na maior parte dos casos de gente rural. Foram, então, isoladas as órfãs não naturais de Coimbra mas aí estabelecidas e cujos maridos também não eram conimbricenses. Encontraram-se 147 casos no 1º quartel e 79 no segundo. Confrontando-se as naturalidades, verificou-se que, entre 1750 e 1774, 22% destes cônjuges eram conterrâneos, mas apenas 14% em 1775-99. Desconhece-se a residência da maioria dos maridos, sendo por isso impossível estabelecer se tais casamentos de conterrâneos significavam um regresso à terra natal por parte da órfã que alcançara na cidade o pecúlio suficiente para o retorno em condições mais vantajosas. A igreja onde é celebrado o casamento, quando deixa de se realizar na Misericórdia, poderia ser uma indicação, mas quando isso sucede, deixam de ser assentes os dados relativos ao casamento, incluindo o local. O que é certo é que pelo menos 37 maridos no 1º quartel e 39 no 2º viviam em Coimbra e só dois deles em cada um dos períodos eram conterrâneos das noivas.

Que concluir, então? Se 78% das dotadas não coimbrãs mas aí residentes casaram com homens não conterrâneos, é de supor que a maioria das órfãs não regressava à terra natal, que migrava definitivamente e se unia a homens tão desenraizados como elas. No 3º quartel do século XVIII as redes de vizinhança continuavam a funcionar na grande cidade para uma porção significativa, originando os casamentos de conterrâneos, mas nos 25 anos imediatos tais redes parecem estar a romper-se.

Apesar de pouco representativa (155 casos), analise-se também a série constituída pelos maridos das dotadas indubitavelmente radicados em Coimbra. Mais uma vez nos deparamos com o peso avassalador do espaço diocesano (74%), enquanto local de origem. Viseu, que se lhe segue, representa apenas 4%. Contudo, a sua proveniência é distinta da das órfãs, onde o bispado representava 89%. Embora continue a predominar a pequena distância, eles vêm de todas as dioceses a norte de Coimbra. E, chegados aqui, integram-se de tal forma que conseguem casar com jovens dotadas pela Misericórdia. Quanto aos diocesanos de Coimbra, e só a estes, sobressai como zona de expulsão o lado oriental do bispado. Estes homens saíram de aldeias implantadas em terrenos pouco férteis e, tal como nas órfãs desta segunda metade do século XVIII, as distâncias que precorreram entre a terra natal e a terra de adopção foram curtas.

Os encarcerados

Recolhi os dados referentes aos detidos na cadeia da Portagem, a prisão das justiças de El-Rei³², entre 1768 e 1779, únicos anos cujos registos de entrada se conservaram. Foram detidos 2.308 homens e 490 mulheres. As residências estão muito bem documentadas, pois são conhecidas as moradas de 466 presas (95%) e de 2.017 presos (87%). Os detidos para os quais conhecemos as duas informações, naturalidade e residência, são 1.265 homens (55%) e 222 mulheres (45%). Assim, fácil é perceber que neste universo os imigrados representam 20% no sexo masculino e 45% na população feminina. O desenraizamento, a falta de apoios empurrava as mulheres para comportamentos desviantes, nomeadamente a prostituição, fácil e proveitosa num cidade universitária.

Quadro IV – Bispado de origem dos homens presos na cadeia da Portagem imigrados em Coimbra (1768-1779)

Bispado continental	N^{os} abs.	%	Ilhas, colónias ou países estrangeiro	N^{os} abs.	%
Coimbra	110	42,6%	Brasil	4	1,6%
Lisboa	32	12,4%	Ilha da Madeira	2	0,8%
Viseu	21	8,1%			
Porto	18	7,0%	Espanha	8	3,1%
Braga	15	5,8%	França	2	0,8%
Lamego	13	5,0%	“Itália”	1	0,4%
Aveiro	8	3,1%			
Guarda	8	3,1%			
Bragança e Miranda	7	2,7%			
Évora	3	1,2%		1	
Leiria	3	1,2%			
Pinhel	2	0,8%			
Elvas	1	0,4%	Total	258	100

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, *Cadeia. Entrada de presos, 1768-1779*.

Agora que entrámos nos meandros da marginalidade, a proporção de homens nascidos na diocese de Coimbra é menor. Confronte-se com os migrantes hospitalizados e com os maridos das dotadas, onde Coimbra representava, respectivamente, 55% e 74%. Quanto ao território do patriarcado de Lisboa surge, na população prisional, logo a seguir a Coimbra. Nunca se encontrou tal peso dessa região, pois no universo dos doentes era de 4% e no dos noivos das órfãs de 2%. Lisboa, cidade imensa na escala portuguesa, cosmopolita e perigosa, era um bom alfobre de comportamentos desviantes. Retirando Lisboa, mais uma vez o Norte se impõe. Não há dúvida de que as gentes do Sul pouco se deslocavam para Coimbra. Foram apanhados nas malhas da lei oito espanhóis radicados na cidade: 3 homens de Castela, 3 da Galiza, 1 da Biscaia e um identificado apenas como espanhol.

³² Além da cadeia pública da Portagem, Coimbra possuía antes do Liberalismo mais quatro prisões, todas com foro particular: a da Inquisição, a da Universidade, a do Bispo e a do Abade depois convento de Santa Cruz, que era isento da jurisdição episcopal.

A fonte é muito lacunar quanto aos motivos da detenção destes imigrantes, informando apenas sobre os delitos de 69 presos. O que foi registado mais frequentemente (46%) foram as “culpas em cartório”, o que nada nos esclarece. Significa só que o encarceramento se seguiu à abertura de um processo legal. Depois, com 12% cada, os imigrados foram detidos por furto e por terem sido presos em ronda. Esta causa, que assinala a forma como foi efectuada a detenção, também não elucida sobre o delito cometido, que poderia ter sido o jogo, porte de armas, desacato, ofensa à moral, etc. Uma outra razão, que implicou o encarceramento de 7% destes homens, foi o facto de terem sido considerados “brejeiros”, isto é, maliciosos, atrevidos ou obscenos. Outros delitos cometidos pelos imigrados foram dívidas em atraso, posse de espada, “crime de honra e virgindade”, deserção, falta de passaporte³³, posse de foguetes e pólvora em casa, etc.

Quanto à profissão dos migrantes apanhados nas malhas da lei, conhecida em 133 casos, sobressaíam os criados (15%), caminheiros (9%) e pedreiros (8%).

Se as imigradas concorrentes aos dotes eram mulheres que viviam segundo os mais severos padrões morais da época, o mesmo não se aplica às presas. É sobre elas que nos vamos agora debruçar, começando pelas detidas na cadeia da Portagem. Já concluímos que 45% eram imigrantes. Estas, num total de 100, todas portuguesas, 81 tinham nascido na diocese de Coimbra. Somando as oriundas dos bispados contíguos de Aveiro e Viseu, totalizam 94%. Haviam-se deslocado, pois, de pequenas distâncias.

Só foram registadas as profissões de 19 destas mulheres, sendo 12 prostitutas (63%), 6 criadas de servir e 1 assedadeira de linho. Quanto os seus delitos, também só são conhecidos 17 casos, indo das “culpas em cartório” (6), apanhadas em ronda (4), dívidas (3) e, com um caso cada: adultério, “apanhada com um homem de noite em sua casa”, “apanhada com um estudante” e uma última por se recusar a “despejar de umas casas”. Em 84, eram solteiras 77.

Coimbra era uma cidade dual. Dual fisicamente e socialmente, com a Universidade, os colégios, a Sé, o Cabido e os seus servidores instalados na colina e com a parte baixa dedicada ao comércio e ao artesanato, onde viviam burgueses e povo miúdo, mas onde se sediava também a Câmara Municipal, o poderoso convento de Santa Cruz, a Inquisição e a Misericórdia. Era também juridicamente dual. No bairro alto a jurisdição territorial era da Universidade. Na Baixa era do Rei.

A Polícia Académica, que actuava sob as ordens do conservador (juiz) da Universidade, manteve sempre uma vigilância feroz sobre as mulheres que considerava de

³³ Desde 1760 que em Portugal era obrigatório o passaporte interno para deslocações que ultrapassassem a comarca.

costumes fáceis e que residiam na Alta de Coimbra. Para não “corromperem” a comunidade estudantil, eram sistematicamente presas e expulsas para a Baixa, onde as autoridades judiciais eram os juízes do crime e do cível. A reincidência era muito frequente, já que elas, sempre que podiam, regressavam ao bairro alto onde encontravam maior clientela. Se estas mulheres não fossem naturais da cidade, as autoridades académicas tinha o poder de as expulsar de Coimbra, o que faziam regularmente.

Entre as detidas pela Polícia Académica nos anos 1797-1806³⁴, na sua quase totalidade acusadas de prostituição, 71% eram imigrantes em Coimbra, 23% naturais e residentes na cidade, 6% aí apanhadas mas moradoras nos subúrbios. Se este índice é fiável, eis na cidade de Coimbra da transição do século XVIII para o XIX as dimensões da marginalidade potenciada pela origem geográfica, ou melhor, pelo desamparo.

Eram oriundas de bispados estranhos 25% dessas imigrantes, a maior proporção encontrada entre migrantes do sexo feminino, surgindo em primeiro lugar o de Aveiro com 8%, Braga com 6%, Viseu com 5%, Lisboa com 2% e, todas com 1%, as dioceses de Bragança e Miranda, Guarda, Leiria e Porto. Todas estas mulheres eram provenientes de aquém-Tejo.

Quase todas as imigrantes presas pelas autoridades académicas eram celibatárias (89%). Em média, mas apenas em 16 casos e com fortíssima dispersão (de 0 a 25 anos), viviam em Coimbra há 7 anos. Em trinta e duas que esclarecem a sua situação profissional, 31% alegam subsistir através de trabalhos de fiação ou costura, indicador da sua precariedade económica. Dizem ser criadas desempregadas (“desacomodadas”) 25%, declaração que, tal como as restantes, podia encobrir formas não permitidas de sobrevivência, mas reflecte também a vulnerabilidade da situação das criadas, frequentemente despedidas e por isso presas fáceis das redes marginais ou da suspeição policial. 16% das detidas afirmam ser criadas ou amas de estudantes³⁵. As restantes dizem-se tecedeiras, lavadeiras e serventes.

Todas se declaram injustamente presas, dizendo frequentemente ignorar o motivo da detenção, mas admitindo ser “talvez por...” ou “talvez por se dizer...” e, claro está, tudo por obra de pessoas inimigas. Entre múltiplos exemplos que podiam ser referidos cite-se os de uma mulher natural de Folques que alega ser inocente, “já de idade crescida”, tendo sua mãe velha e doente consigo que não pode desamparar. É-lhe impossível, afirma, deixar de viver

³⁴ Únicos anos passíveis de estudo por se terem conservado as petições de soltura das presas. Sem elas, e sem que assinassem promessa de abandonar a área universitária ou a cidade de Coimbra, com ou sem multa pecuniária e detenção punitiva, não eram libertadas.

³⁵ Os estudantes de Coimbra alojavam-se em geral em quartos e contratavam uma mulher que lhes ia levar as refeições e lavar a roupa. Eram estas as “amas de estudantes”.

no bairro alto onde com mais comodidade pode granjear o seu sustento e que a sua idade a defende e exceptua daquelas que foram mandadas para o bairro baixo. O argumento da idade não convenceu as autoridades. Foi remetida para a sua terra. Uma outra, natural de Nogueira do Cravo, afirma em 1797 que tem sido criada de servir de portas adentro em casas honradas e agora ia acomodar-se. É donzela honesta de probidade e bom comportamento, mas foi presa pelos oficiais que a viram e não é justo ficar infamada. E acrescenta com uma coragem absolutamente surpreendente e que só ela revela no requerimento de soltura: “com a devida vénia, as ordens de Vossa Senhoria merecem reforma”. De nada lhe valeu, pois foi despejada para a Baixa.

Amas de expostos

Em Portugal era só para os expostos (e, teoricamente, para os órfãos pobres) que a lei geral do reino previa, já desde o século XVI, o financiamento retirado do produto das tributações públicas quando os organismos locais não fossem capazes de os criar. Era às câmaras que competia a organização deste serviço, mas com a difusão das misericórdias o socorro aos enjeitados foi assumido por muitas delas, permanecendo os impostos públicos como receita base. O sistema utilizado era muito uniforme: uma mulher (a rodeira) permaneceria continuamente na casa da roda a fim de receber as crianças e cuidar delas imediatamente. Depois de baptizados, os expostos eram entregues a amas que, a troco de um salário, os criavam em suas casas até à idade de sete anos. Atingida esta idade, as crianças ficavam sob a alçada dos juízes dos órfãos. Começavam então a trabalhar a troco de alimentos, vestuário e alojamento, passando a receber salário aos 12 anos. Com 20 anos de idade os enjeitados eram livres e emancipados e considerados legalmente filhos legítimos.

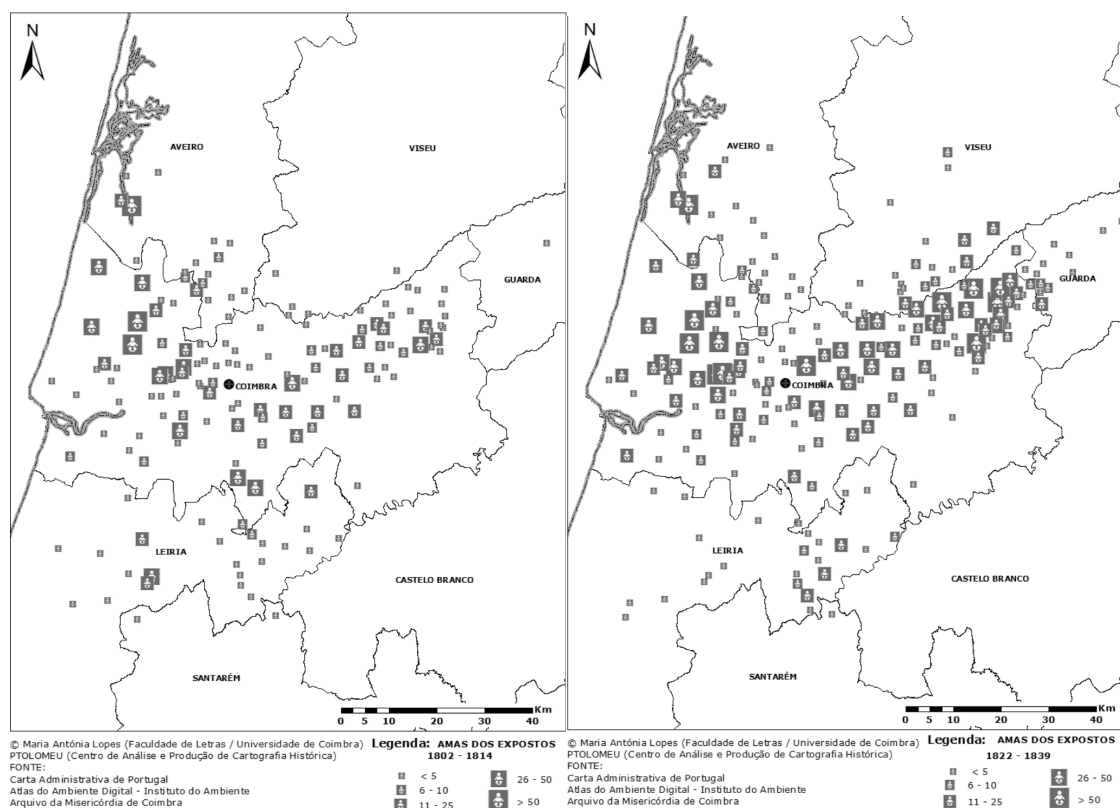
Em Coimbra os expostos estavam a cargo da Misericórdia desde 1708. O número de enjeitados nesta Roda cresceu contínua e acentuadamente durante todo o século XVIII e primeiro quartel da centúria imediata, sendo esse crescimento notoriamente superior ao da população, tanto da cidade, como do bispado. Situando-se abaixo de meia centena por ano nas primeiras três décadas do século XVIII, os baptismos de expostos atingem a média anual de 125 em 1750-1759, ultrapassam as duas centenas em 1770-1778, elevam-se a 263 em 1790-1799 e a 363 em 1800-1809. No decénio 1809-1818 as exposições anuais na Roda de Coimbra abeiram-se do meio milhar, rondando as 550 em 1819-1828.

Para o estudo da origem geográfica das amas, torna-se necessário eliminar, sempre que possível, aquelas que criam expostos mais do que uma vez. Não o fazendo, encontra-se a distribuição dos expostos e não as residências das amas, isto é, de mulheres distintas.

Considerarei tratar-se da mesma pessoa sempre que em simultâneo apresenta o mesmo nome, o mesmo lugar de residência e o mesmo cônjuge (ou, sendo solteira, a mesma filiação)³⁶. Com este método é possível ter chegado a resultados algo distorcidos, mas mesmo assim julgo ser uma boa aproximação.

Num total de 6.318 entregas de expostos para criação externa (e transferências entre amas) foram identificadas 4.670 mulheres diferentes. Assim discriminadas, foi possível identificar a paróquia de residência de 4.595 amas distribuídas por duas séries, ambas com vários anos incompletos. A primeira, de 1802 a 1814, diz respeito a 1.422 mulheres que se espalham por 155 freguesias (média: 9,2) e a segunda, de 1822 a 1839, refere-se a 3.172 amas disseminadas por 211 paróquias, em média 15 por paróquia³⁷. Não se trata de cortes temporais com carácter de amostragem, pois o método utilizado foi a análise exaustiva da documentação. O que se passa é que de 1815 a 1821 as fontes não fornecem esses dados.

Mapa 5 – Freguesias de residência das amas externas



³⁶ Para isso, foram previamente uniformizados todos aqueles casos que indubitavelmente se referiam à mesma mulher, mas que por pequenas variações no seu nome ou no do marido conduziam a distorções na identificação.

³⁷ Considero o núcleo urbano de Coimbra uma só unidade designada por *Coimbra cidade* e as áreas rurais, pertencentes às paróquias da cidade, uma outra unidade a que chamei *Coimbra subúrbios*.

Basta olhar os mapas para percebermos como a mobilidade rural feminina era um facto. Entre 1802 e 1814 desenha-se uma zona a Noroeste de Coimbra, onde sobressaem 11 freguesias, sendo duas já do bispado de Aveiro, a cerca de 8 léguas de Coimbra. Este conjunto fornece 487 amas, 34% do total da série. Trata-se de uma região de planície ou de baixas altitudes desde as dunas de NW aos aluviões do Baixo Mondego. Um outro núcleo, menos importante, traça uma linha do Sul de Coimbra, alongando-se para Nordeste. É uma zona de relevo muito variado com grandes elevações e vales profundos da serra da Lousã e do Espinhal³⁸.

Na segunda época a actividade intensificou-se. Não há aldeias dispersas com fortes contingentes, mas sim dois núcleos claramente demarcados: a região já tradicionalmente importante a Oeste e Noroeste da cidade e um novo e fortíssimo núcleo que se estende para Nordeste e se interna pela Beira Alta. A novidade é, pois, a ampliação das rotas estabelecidas a partir do Alto Mondego e das terras planálticas ou serranas a Leste do bispado e actual distrito de Coimbra, desde as longínquas freguesias de Canas de Senhorim (bispado de Viseu), Lagares da Beira (com 39 amas diferentes) e Sandomil, esta a mais de 11 léguas de Coimbra, até Arrifana de Poiães, vizinha da cidade. Esta mancha acompanha em grande parte o rio Mondego, cuja navegabilidade era aproveitada ao máximo³⁹. Assim, estas povoações, que salvo 3 paróquias circunscritas, tinham pouco peso no período anterior, impõem-se agora, nomeadamente Covas com 101 mulheres nesta actividade e Tábua com 99. Até de Seia, de Torredeita (bispado de Viseu) a 12 léguas de Coimbra, de Vinhó (diocese da Guarda) a 15 léguas, e de S. Paio de Gouveia, a 16 léguas, vieram amas. Sendo de 5 léguas o limite teórico para se ir e voltar no mesmo dia⁴⁰, repare-se nas longas jornadas que estas mulheres faziam para buscar os expostos e sempre que iam receber o salário. Por essa razão, deslocavam-se em pequenos ranchos e necessariamente pernoitavam fora de casa. Passavam, pelo menos, uma noite em Coimbra, se conseguissem percorrer num longo dia de jornada toda a distância que as separava da cidade. Estas movimentações populares, de campesinas, que vão buscar tão longe uma ocupação remunerada, devem ser levadas em conta nos estudos de mobilidade

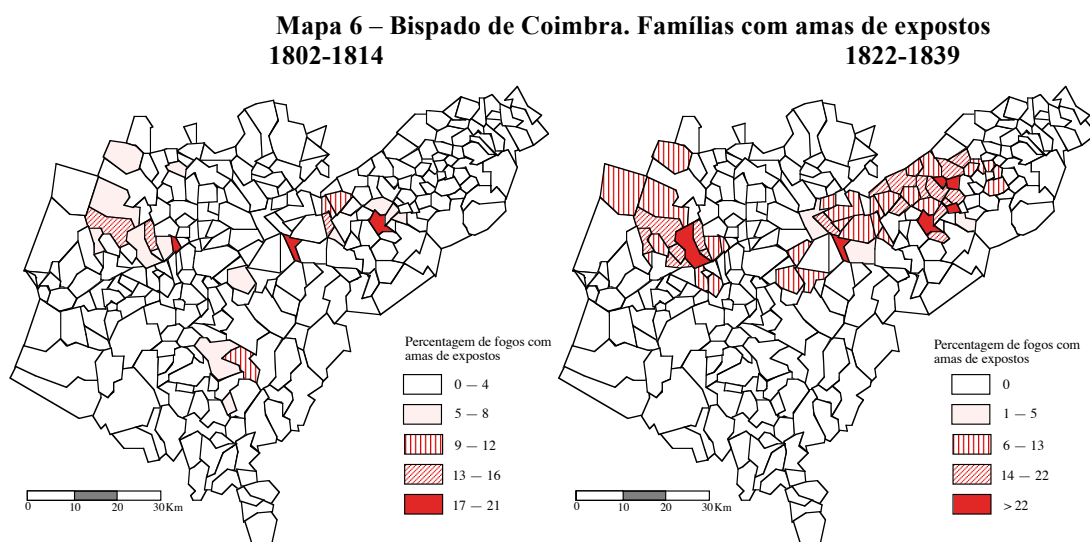
³⁸ Para o conhecimento das características geográficas do território que viria a formar o distrito de Coimbra, ver ROQUE, João Lourenço, *Classes populares...*, pp. 19-26.

³⁹ Diz SECCO, Antonio Luiz de Sousa Henriques: “A Raiva [freguesia de Oliveira do Cunhede], pequena povoação situada à beira do Mondego, em sítio todavia bastante agradável, na distância de quatro grandes léguas de Coimbra, é o termo ordinário da navegação do Mondego, no Estio; pois que no Inverno, e em quanto há abundância de águas, ela se estende até à Foz-Dão, de cujos pontos em carros e cargas, se conduzem os objectos de comércio ao coração da Beira aquém e além da serra da Estrela” (*Memoria historico-chorographica dos diversos concelhos do districto administrativo de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1853, p. 59).

⁴⁰ OLIVEIRA, António de: *Migrações internas...*, p. 2.

rural. A Roda exerceu, de facto, um fortíssimo poder atractivo que alterou hábitos de sedentariedade.

Veja-se agora a proporção de famílias de acolhimento de expostos nas diferentes freguesias⁴¹.



Entre 1802 e 1814, Lavegadas, com 21%⁴², Vila Cova de Sub Avô (actual Vila Cova de Alva) com 17 ou 18% e Cioga do Campo, com 17%, apresentam elevadas proporções de famílias a dedicar-se a esta actividade. Num segundo escalão, são também de salientar Lamarosa com 15% e Arazede com 14%.

Da primeira para a segunda série, o número de agregados familiares envolvido é muito maior. Também o volume das exposições havia crescido muito, assim como os salários reais das amas. Saliente-se que em 1802-1814 havia apenas uma freguesia com 20% ou mais dos seus fogos a criar enjeitados, enquanto nos anos 1822-1839 elas são 10. As paróquias do interior leste do bispado tornam-se agora especialmente activas.

A freguesia de Lavegadas, com 53%, tem uma percentagem dos seus agregados familiares a criar expostos verdadeiramente espantosa. Relativamente à primeira série, a

⁴¹ Para a 1ª série, foram utilizados os dados do censo de 1801 e 1802 em AUC, *Mapas da população*, cxs. 4, 5 e 6. Nos casos de omissão deste censo recorri aos quantitativos de 1801 segundo *Subsídios para a história da estatística em Portugal*, vol. II, *Taboas topograficas e estatísticas*, 1801. Lisboa, Imprensa Nacional, 1945. Para a 2ª usei os cálculos publicados no decreto de 5.3.1842 que apresentam os mesmos resultados do mapa anexo ao decreto de 28.12.1840, isto é, reporta-se à população de finais da década de 1830. A matriz dos mapas é a carta de referência do bispado de Coimbra elaborada por CARVALHO, Joaquim Ramos de. PAIVA, José Pedro: “A diocese de Coimbra no século XVIII: população, oragos, padroados e títulos dos párocos”. *Revista de História das Ideias*, 11, 1989, pp. 175-268.

⁴² De Lavegadas só vieram 8 amas diferentes, mas porque é uma povoação muito pequena, as amas atingem essa proporção.

percentagem de fogos desta paróquia empenhada na criação de expostos cresceu 152%. Trata-se de uma localidade que beneficiava de fáceis transportes para Coimbra, mas já situada na “serra”, com um baixíssimo número de fogos por Km² (apenas cinco), escassa ocupação do solo que por si só espelha as capacidades da terra para alimentar a sua população. Todas estas características favoreciam a procura de expostos em Coimbra.

Bobadela, com 34% de fogos com amas, tem características muito diferentes que, contudo, provocaram também importante procura de rendimentos complementares na cidade, mas só a partir dos anos 1820. Com 31 fogos por Km², talvez um povoamento excessivamente denso para as suas possibilidades, situada a 10 léguas de Coimbra e com acessos muito mais complicados do que os de Lavegadas, foi certamente a pressão demográfica a responsável por este fluxo de mulheres à sede do seu bispado.

Já no núcleo ocidental, a vila de Tentúgal, com 30% de agregados familiares a criar expostos, configura um outro modelo. Foi a paróquia cujas famílias mais intensificaram o ofício da criação, aumentando 362% das primeiras duas décadas para as seguintes. Terra fértil, próxima de Coimbra, com bons acessos e não demasiadamente cheia (16 fogos/Km²), tudo parecia indicar não ser às suas famílias necessária a criação de enjeitados. E, de facto, eles serviam apenas para complementar rendimentos nos tempos agrícolas mortos, sendo perfeitamente dispensáveis na época de pleno emprego nos campos. O mesmo acontecia com as mulheres da Carapinheira (14% de fogos com enjeitados) que só na década de 1820 se vão interessar pelos expostos de Coimbra. Que não passava de um expediente para acréscimo dos rendimentos familiares, estavam disso bem cientes os responsáveis da Roda que denunciam em 1823 serem as amas de Tentúgal e da Carapinheira “amas de negócio”, pois têm consigo as crianças na época de menor actividade agrícola e devolvem-na “no princípio dos amanhos”⁴³.

Bobadela e Tentúgal parecem, pois, ilustrar dois modelos distintos de estratégias de sobrevivência, ambos presentes nas freguesias que se especializaram na criação de expostos. As amas de Bobadela seriam empurradas pela necessidade, buscando numa instituição relativamente distante e de difícil acesso um rendimento importante que compensava as dificuldades de movimentação⁴⁴. Não existindo nas proximidades um núcleo urbano que oferecesse criações de meninos a cargo dos pais, havia que recorrer aos expostos de uma

⁴³ AMC, certidões das amas dos expostos em “Maços”.

⁴⁴ Note-se que em Coimbra não existiam funcionários que distribuíssem os expostos pelos campos, como acontecia em muitas instituições europeias. As aldeãs tomavam a iniciativa. O rendimento auferido era, pois, suficientemente motivador para os débeis orçamentos familiares serranos.

instituição sempre carente de amas. As mulheres de Tentúgal, igualmente fiéis na prática da criação, fá-lo-iam movidas por diferentes motivações e circunstancialismos: muito rápida e facilmente iam à cidade, compensando tomar e largar expostos consoante as suas disponibilidades. Este facto poderá ter afastado os pais dos recém-nascidos da cidade, sendo então elas obrigadas a recorrer aos meninos da Roda. Os enjeitados seriam para estas famílias tão-só um complemento nem sempre necessário. Não há dúvida que é este comportamento que tipifica a ideia comum do frio mercenarismo das amas dos expostos, e que não escapou aos responsáveis da Roda.

É conhecido o difícil equilíbrio entre população e subsistências como característica estrutural da economia de Antigo Regime. Equilíbrio esse, intimamente dependente das condições naturais, distribuição da propriedade e formas jurídicas de posse e usufruto da terra. A corrida à Roda coimbrã depende desse equilíbrio, da presença de Rodas na região próxima e das condições de acessibilidade a Coimbra. Sempre que a viagem era compensatória ela efectuava-se, percorrendo-se (quantas vezes!) mais de uma dezena de léguas. As grandes densidades populacionais (grandeza relativa à época, evidentemente) tanto podem significar boas condições, como ser geradoras de intensa miséria e o mesmo se passa com os elevados índices de pessoas/fogo que podem indicar boas condições que permitem a sobrevivência dos que nascem ou, pelo contrário, constituírem-se como resposta às dificuldades que incitam ao alargamento das famílias.

Por todas estas razões, é possível encontrar nas zonas com maiores densidades comportamentos antagónicos na procura de expostos. Concelhos como Santo Varão, Montemor, Verride e Figueira da Foz, conseguiam alimentar uma população densa graças a um trabalho intensivo e árduo, que para além de não colocar a criação de expostos como actividade premente, deixava menores disponibilidades de tempo às mulheres. Pelo contrário, as densidades de concelhos como Oliveira do Hospital e Midões, certamente excessivas para as capacidades da terra, teriam funcionado como incentivo à procura de expostos. Os fracos rendimentos agrícolas que se traduzem numa fraca densidade populacional como em Avô, Poiães, Coja e Farinha Podre, implicam também uma maior procura de enjeitados⁴⁵. As mulheres dos concelhos de Alvares, Fajão e Pampilhosa da Serra, regiões economicamente deprimidas, não conseguiriam ultrapassar os obstáculos levantados pela distância e dificuldades de movimentação em terrenos tão acidentados.

⁴⁵ Sobre a actividade agro-pecuária da região que viria a formar o distrito de Coimbra, ver ROQUE, João Lourenço: *Classes populares...*, pp. 19-50.

O núcleo urbano de Coimbra não está ausente no contributo dado pelos seus agregados familiares à criação de expostos, pois aí residiam 25 amas na primeira série (ocupa o 16º lugar) e 91 na segunda (6º lugar na tabela de proveniência das amas). Contudo, se se calcular o seu peso relativamente ao número de fogos, encontramos proporções muito baixas. Entre 1822 e 1839 as 9 freguesias da cidade, zona urbana e rural (3.620 fogos), forneceram 120 amas, o que representa apenas o envolvimento de 3% das famílias coimbrãs na criação de expostos. Mesmo assim, o interesse pela criação de expostos aumentou muito na cidade da primeira para a segunda época, pois existindo nas paróquias urbanas, no ano de 1801, mais de 4.153 fogos, quer dizer que entre 1802 e 1814 apenas 0,8% de fogos, no máximo, se dedicavam à criação dos enjeitados.

As mulheres realmente ausentes na Roda de Coimbra são as da cintura à volta da cidade, o que só pode ser explicado pela forte concorrência de lactantes da urbe dados a criar pelos pais, os quais pagam melhor ou, pelo menos, regularmente. Estas amas seriam as mais procuradas por habitarem em aldeias próximas da cidade e simultaneamente viverem no campo, beneficiando do tão celebrado ar puro que tantos cidadãos endinheirados procuravam como meio de cura ou revigoração com as frequentes idas “a ares”. Além desta razão, que é fundamental, Coimbra situa-se numa das regiões mais férteis do bispado, o *campo de Coimbra*, imediatamente seguido pelo *campo do Mondego* ou *de Montemor*, onde se pratica uma agricultura exigente que permite alimentar uma população bastante densa e ocupar intensamente homens e mulheres. O vazio a sul de Coimbra só posso explicá-lo pela concorrência de outras Rodas, como as de Penela e Leiria.

As mulheres eram o sustentáculo das Rodas e a sua pobreza explica o interesse pela actividade que proporcionava um salário às suas famílias. Mas a Roda de Coimbra, porque não cumpria as suas obrigações salariais, sobrecarregou com crianças, cuja criação não pagava, precisamente as famílias mais pobres do bispado. Isto é, agravou a pobreza de uma vasta região.

Viandantes pobres

Embora não se trate, necessariamente, de mobilidade no sentido campo-cidade, creio que não deveria deixar de mencionar as “cartas de guia” existentes nos arquivos das misericórdias porque são fontes importantes para o estudo da mobilidade das populações e têm sido ignoradas.

O socorro aos viandantes com as *cartas de guia* era intensamente praticado pelas misericórdias que instalaram um serviço em rede, simples e eficaz, abrangendo todo o

território nacional. Os viajantes – que até ao terceiro quartel do século XVIII eram ainda muito associados a peregrinos e por isso de certa forma sacralizados – dirigiam-se à Misericórdia mais próxima a quem solicitavam carta de guia, isto é, um documento com a chancela da instituição onde se identificava o viajante, o local de onde partia e a localidade de destino. Recebiam com a *carta*, que era na realidade um certificado de pobreza e do merecimento da esmola, a ajuda monetária que lhes permitia sustentar-se até chegar à Misericórdia seguinte. Aqui apresentavam a carta de guia, obtendo o dinheiro para nova jornada e assim, de Misericórdia em Misericórdia, estes pobres completavam os percursos. Quando doentes e impossibilitados de caminhar, recebiam *carta de guia de cavalgadura*, isto é, a Santa Casa fornecia ou pagava o transporte a cavalo. Além disso, as cartas de guia proporcionavam vantagens adicionais, favorecendo os seus portadores na obtenção de esmolas e na fuga às malhas do controlo e da repressão policial da errância, muito embora o alvará de 25.6.1760, que criou a Intendência Geral da Policia, houvesse estabelecido que

“em nenhuma casa pia, ou Misericórdia deste Reino, se possa dar carta de guia a pessoa alguma, que não apresentar para isso bilhete do Intendente Geral da Policia, com que se legitime: e que com as ditas cartas de guia, que se lhe passarem, sejam obrigados a trazer sempre o referido bilhete para o apresentarem quando lhe for pedido: sob pena de serem presos, remetidos e castigados como vadios” (§ 18).

Só que uma coisa era a lei e outra a prática. As misericórdias exerciam o seu próprio controlo, visto que só concediam ajuda a quem bem entendiam. A Misericórdia de Coimbra subsidiou em média, durante a segunda metade do século XVIII, 800 a 900 pessoas por ano com carta de guia ordinária e cerca de 250 com montada. As cartas de guia de cavalgadura deveriam ser requeridas em petição escrita, raramente conservadas. Eis uma delas, de Maio de 1756:

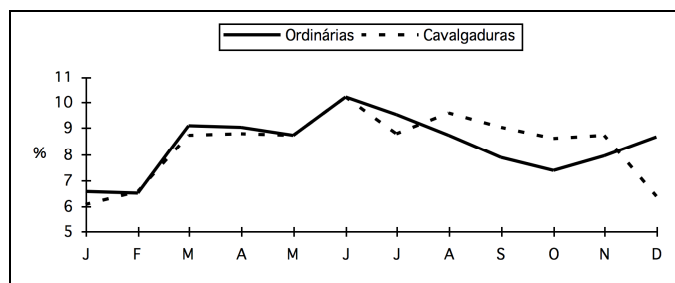
“Diz Paulino de Figueiredo natural da vila de Cascais, que ele se acha há tempos peregrinando por esta cidade; e há pouco tempo que saiu do hospital dela; e além de ser aleijado de um dedo, é velho, e muito doente; e quer recolher-se a sua pátria, e se acha incapaz de ir a pé e vendo-se sem remédio algum e como esta Santa Casa costuma favorecer a semelhantes...”⁴⁶.

No século XIX esta modalidade assistencial decresce, o que deve ser explicado pela perda progressiva do peso simbólico dos pobres peregrinos e certamente, também, pela política de repressão da errância. De sublinhar que as cartas cuja concessão diminuiu radicalmente foram as “ordinárias”, entregues de forma mais ou menos indiscriminada. O transporte a cavalo pertencia por direito aos doentes, auxílio considerado muito mais justificável para os homens de Oitocentos.

⁴⁶ AMC, “Maços”. O suplicante foi provido com carta de guia de cavalgadura. A despesa não ficou registada.

É possível traçar, em certos anos, o movimento mensal da concessão de cartas de guia.

**Gráfico 1 - Movimento mensal das pessoas providas com cartas de guia.
Anos completos entre 1751 e 1791⁴⁷**

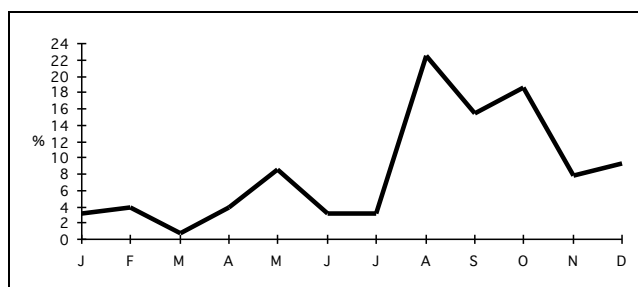


Fonte: Arquivo da Misericórdia de Coimbra, *Receita e Despeza dos irmãos Mordomos da Capela, Visitadores de doentes e presos*, 1751/52 a 1791/92; avulsos em “Maços”.

Num total de 27.540 cartas ordinárias, o máximo verifica-se em Junho com 2.815 e os mínimos em Fevereiro e Janeiro, respectivamente com 1.780 e 1.801 cartas. As cartas de cavalgada, que totalizam 4.132, atingem o máximo também em Junho com 421 e os mínimos em Janeiro e Dezembro com 251 e 262. É evidente que a mobilidade cresce na Primavera e no Verão, mas se até Julho os dois tipos de subsídio de deslocação apresentam um ritmo idêntico, nos restantes meses do ano distinguem-se. Se entre Agosto e Novembro, e principalmente em Setembro e Outubro, a proporção de cartas de cavalgada é bastante superior às outras, isso deve-se, em boa parte, ao auxílio prestado a doentes que procuravam a cura em termas, nomeadamente nas Caldas da Rainha.

Anos depois, em 1828, o traçado da curva mensal é absolutamente contrastante. É que, embora a fonte não seja explícita, muito provavelmente todas estas cartas são de cavalgada. O trimestre Agosto-Outubro concentra 57% dos subsídios concedidos, o que reflecte a assistência prestada aos enfermos que procuram banhos em caldas ou no mar, nesta época já vulgarizados.

⁴⁷ O gráfico respeita à distribuição mensal de 15 anos de cartas de cavalgada e 31 de cartas ordinárias, todos os que têm registos mensais completos.

Gráfico 2 - Movimento mensal das cartas de guia em 1828 (pessoas)

Fonte: Arquivo da Misericórdia de Coimbra, avulsos em “Maços”.

Como seria expectável, o sexo masculino é largamente maioritário: 81% dos viajantes socorridos pela Misericórdia de Coimbra são homens. Em 1783-1800 constituem 84% do universo, em 1812 são ainda mais (86%) e em 1828 representam 82%. Em 1844 a distribuição por sexos é notoriamente diferente: as mulheres passaram a ser 28% dos viandantes.

Quadro V - Dioceses de destino dos pobres viandantes (%)

1783-1800 (83 casos)		1812 (21 casos)		1828 (129 casos)		1844 (80 casos)	
Braga	26,5	Leiria	19,1	Lisboa	25,6	Leiria	20,0
Lisboa	16,9	Lisboa	19,1	Braga	17,1	Braga	18,8
Coimbra	12,0	Desc.	14,3	Coimbra	16,3	Lisboa	12,5
Porto	12,0	Porto	14,3	Leiria	15,5	Coimbra	11,3
Leiria	8,4	Braga	9,5	Porto	10,9	Porto	11,3
[Galiza]	6,0	[Galiza]	9,5	Pinhel	3,9	Viseu	11,3
Algarve	3,6	Lamego	9,5	Aveiro	1,6	Desc.	3,8
Desc.	3,6	Coimbra	4,8	Bragança e Miranda	1,6	[Galiza]	3,8
Pinhel	3,6			Desc.	1,6	Aveiro	2,5
Viseu	2,4			Lamego	1,6	Évora	1,3
Aveiro	1,2			[Andaluzia]	0,8	Guarda	1,3
Beja	1,2			Castelo Branco	0,8	Lamego	1,3
Elvas	1,2			Elvas	0,8	Pinhel	1,3
[Itália]	1,2			[Galiza]	0,8		
				Portalegre	0,8		
				Viseu	0,8		

Fonte: Arquivo da Misericórdia de Coimbra, *Receita e Despeza dos irmãos Mordomos da Capela, Visitadores de doentes e presos (1751/52 a 1791/92)* e Contas mensais de mordomias dispersas em “Maços” (1812, 1821 e 1844).

No primeiro corte temporal a supremacia da arquidiocese de Braga como destino dos viajantes é evidente. É possível que muitas destas pessoas fossem peregrinos que seguiam para Santiago de Compostela, mas a própria imensidão do arcebispado bracarense explica em boa parte o seu peso relativo. A área da diocese de Lisboa atrai muito menos viandantes. Há, pois, uma forte corrente dirigindo-se para Norte (48%, contra 29% deslocando-se para Sul). Estas rotas distinguem-se dos rumos característicos dos movimentos migratórios já assinalados, que são predominantemente no sentido Norte-Sul e Este-Oeste. Ignoro se os viandantes que se dirigiam para o Norte eram ou não migrantes (plurianuais ou sazonais),

incluindo galegos, que regressavam a casa. O próprio bispado de Coimbra com 12%, ilustra o peso das deslocações de pequena distância.

São conhecidas os locais específicos de destino de 71 das 83 cartas concedidas entre 1783 e 1800. A cidade de Lisboa surge em primeiro lugar (13%), mas o Porto (11%), Braga (10%) e Caldas da Rainha (10%) têm um poder de atracção pouco inferior. Góis, no bispado de Coimbra, posiciona-se logo a seguir com 9%. Esta vila era um dos destinos frequentes dos que requeriam carta de guia porque se situava aí um hospital afamado pelo tratamento que proporcionava aos doentes de enfermidades venéreas⁴⁸ e esse movimento é patente logo na década de 1750. Diz-se, por exemplo, em Maio de 1757, que “levaram para o Hospital de Góis a uns pobres galicados para nele serem curados”⁴⁹. Outras povoações demandadas eram Valença do Minho (7%), Almeida (4%), Setúbal (4%), Cantanhede (3%), Ponte de Lima (3%), Santarém (3%). As restantes representam cada uma menos de 2%.

Na pequena série de 1812 o bispado de Leiria surge, com o de Lisboa, à cabeça. Tal facto deve-se exclusivamente ao número de cartas de guia passadas para as Caldas da Rainha, única localidade procurada na diocese de Leiria. Os doentes de gálico, ou pelo menos aqueles que são subsidiados pela Misericórdia de Coimbra, já não procuram o Hospital de Góis. Apesar de Leiria e Lisboa serem as dioceses mais procuradas, as do Norte continuam a predominar. Como povoação e já não diocese, o destaque absoluto é para as Caldas da Rainha com 25%, seguida de Lisboa com 19% e Porto com 13%. De salientar, também, o peso da Galiza nestes anos pós-guerra. Mas esta série é demasiado diminuta em números absolutos para se tirar qualquer conclusão.

A série seguinte, de 1828, é muito mais representativa. As rotas para Sul são agora maioritárias, pois o patriarcado de Lisboa é claramente o primeiro destino. Depois, a grande distância, mas tendo entre si valores muito próximos, surgem três itinerários: os pobres dirigem-se para o território diocesano de Braga ou movimentam-se dentro do bispado de Coimbra ou, ainda, continuam a acorrer em grande número à diocese de Leiria. Os viajantes que se dirigiam ao arcebispado de Braga repartiam-se sobretudo pela sede (41%), Valença (27%), Guimarães (14%) e Chaves (9%). Os de Coimbra destinavam-se na sua grande maioria à Figueira da Foz e Buarcos (75%), agora que os banhos de mar já eram de uso corrente. Os que seguem para a área diocesana de Leiria vão todos para as Caldas da Rainha.

⁴⁸ Ver PAREDES, Mário Paredes: “Subsídios para a história de Góis”. *Arquivo histórico de Góis*, nº 7-10, 1958.

⁴⁹ AMC, *Receita e Despeza dos irmãos Mordomos da Capela, Visitadores de doentes e presos*, 1756-57.

Esta vila é a segunda terra mais procurada, com 17% na série das localidades, a seguir a Lisboa (25%) e antes do Porto (12%). Os que partem para o bispado do Porto todos têm por destino a sua sede. Quanto à Galiza, apresenta uma procura notoriamente mais baixa.

Em 1844 a primazia das Caldas da Rainha é ainda mais evidente (22% das localidades conhecidas), fazendo passar a diocese de Leiria para o primeiro lugar, mas o Norte retoma a supremacia, revelando-se importantes movimentações para os territórios diocesanos de Braga, Porto e Viseu. A Galiza volta a ser em meados de Oitocentos um destino de muitos e a cidade do Porto, com 12%, atrai mais do que a de Lisboa, para onde se dirigem 7% dos pobres passantes. Depois de Lisboa, viaja-se para as cidades de Braga (5%), Viseu (5%) e Viana do Minho (4%).

Conclusões

Os homens e mulheres que se radicaram na cidade de Coimbra em finais de Antigo Regime deslocaram-se de pequenas distâncias, num movimento do interior para o litoral, predominando como espaço emigratório a zona oriental do actual distrito de Coimbra. Os imigrados empregavam-se na criadagem doméstica e nos trabalhos braçais sem qualificação. Revelavam habilidade para utilizar a rede assistencial que a cidade oferecia, mas também foi grande a proporção de mulheres imigrantes apanhadas pelas autoridades repressoras.

Na verdade, nos acervos documentais utilizados, onde se encontram milhares de migrantes vivendo múltiplas carências que justificam o socorro, detectam-se grupos bem distintos quanto à estima social de que se conseguiram revestir na comunidade receptora. As órfãs e os seus maridos, considerados irrepreensíveis pelo seu comportamento, integraram-se perfeitamente nas cidade onde se radicaram identificando-se com os valores dominantes. A clientela das prisões dá conta da reprovação, da marginalidade em que estes imigrantes caíram. Quanto ao hospital, aplicavam-se dois filtros: o da pobreza e o da honra. Os imigrados que o frequentaram eram pobres com ou sem comportamentos desviantes. Contudo, não conseguiram integrar-se na “pobreza honrada” de Coimbra.

Os viandantes e as amas dos enjeitados não eram migrantes definitivos. Os pobres que conseguiram cartas de guia constituíam, decerto, uma amálgama de tipos: vagabundos sem residência, caindo ou não na pequena criminalidade, romeiros devotos, aventureiros, gente que migra definitivamente e passa por Coimbra, trabalhadores sazonais que vão ou regressam, doentes que buscam as termas, o mar, um hospital ou o regresso a casa. A documentação da Roda dos expostos revela-nos a existência de movimentações importantes e que facilmente passam despercebidas: a de camponesas que, sem deixarem as suas aldeias e

famílias, percorrem assiduamente longos caminhos em direcção à cidade para obterem com o seu leite um rendimento que lhes pode ser vital. E, por último, não o esqueçamos, a Roda dos enjeitados era uma impiedosa e activa placa giratória de pequenos migrantes forçados e inconscientes. A Roda atraía-os a si logo à nascença e redistribuía-os pelos campos. Depois da criação, pelo menos em parte, regressavam à cidade. E ela acolhia-os ou triturava-os. Lá os iremos encontrar nos hospitais ou nas prisões, mas também muitas expostas a casar com o dote a que o seu “bom comportamento”, orfandade e miséria dava direito.